



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO – CSE  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**DIEGO DE SOUZA VIRGENS**

**Uma análise dos principais determinantes da recente queda da desigualdade de  
renda e da pobreza no Brasil (1995 – 2009)**

**Florianópolis  
2011**

**DIEGO DE SOUZA VIRGENS**

**Uma análise dos principais determinantes da recente queda da desigualdade de renda e da pobreza no Brasil (1995 – 2009)**

Monografia submetida ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharelado.

**Orientador:** Prof. Dr. Pedro A. Vieira

**Co-orientador:** Luiz Mateus da Silva Ferreira

**Florianópolis  
2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**DIEGO DE SOUZA VIRGENS**

**Uma análise dos principais determinantes da recente queda da desigualdade de  
renda e da pobreza no Brasil (1995 – 2009)**

Monografia apresentada como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Área de concentração: Economia.

Data da aprovação 14/12/2011

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 7,5 ao aluno Diego de Souza Virgens na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

---

Professor Pedro Antonio Vieira  
Orientador

---

Professor Luiz Mateus Ferreira  
Co orientador

---

Professor Gueibi Peres Souza  
Membro

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO – CSE  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**Uma análise dos principais determinantes da recente queda da desigualdade de  
renda e da pobreza no Brasil (1995 – 2009)**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM5420 – Monografia

Por: Diego de Souza Virgens

Orientador: Prof. Dr. Pedro Antônio Vieira

Co-orientador: Luiz Mateus da Silva Ferreira

Área de Pesquisa: Desenvolvimento Econômico

Palavras-chaves: 1. Desigualdade  
2. Pobreza  
3. Brasil

*Dedico este trabalho aos meus pais que não mediram esforços para proporcionar-me o direito e a oportunidade de estudar, desde os primeiros anos do ensino básico ao ensino superior que agora concluo.*

## AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos não se referem apenas a este trabalho, mas a uma vida de aprendizados, realizações, tropeços e acertos. À conclusão de um objetivo alcançado.

Agradeço a todos os brasileiros que contribuem para conservação de uma Universidade pública, gratuita e de qualidade, como a UFSC. Ao corpo técnico pelo suporte, aos professores do curso de Ciências Econômicas; ao meu co-orientador Luiz Mateus da Silva Ferreira, pela seriedade, paciência e disciplina com que conduziu todo o trabalho e que muito me têm ensinado e ao meu orientador Antonio Pedro Vieira, que acreditou em mim se colocando à disposição sempre que precisei.

À minha família, que construiu a base para eu seguir meu caminho com muita determinação. Aos meus pais, que me deram a vida e me ensinaram a viver. Que por inúmeras vezes me enxergaram melhor que eu sou. Meu pai Roque, que mesmo em meio às maiores dificuldades sempre me mostrou a prioridade e importância dos estudos e minha mãe Lucia, que torce e apóia minhas decisões, sempre. Sem vocês eu não estaria aqui! Aos meus irmãos e sobrinho, que sempre me apoiaram e me deram carinho – mesmo estando longe.

Aos meus amigos/irmãos que escolhi - que estiveram sempre ao meu lado, nos momentos mais difíceis e nos mais felizes, nas tristezas e nas festas - minha segunda família, República dos Pirata e agregados. Agradecer aos que me ajudaram a estudar e aos que sempre me atrapalharam com suas conversas fiadas e piadas. Sem estes, os anos de estudo não fariam sentido, afinal, é deles que saem os grandes amigos e as melhores festas.

E por último e não menos importante, uma pessoa que conheci ao longo da minha trajetória, que fez diferença com sua ajuda e paciência comigo. Sua companhia é o mesmo que estar vivendo com a certeza que existem pessoas as quais realmente se importam conosco. É uma pessoa que vou levar pra sempre comigo, em minha vida. Minha namorada, Caroline Melissa.

*“A capacidade de luta que há em você, precisa de adversidades para revelar-se”*

*Autor desconhecido*

*“Conserve os olhos fixos num ideal sublime e lute sempre pelo que deseja, pois só os fracos desistem e só quem luta é digno da vida”*

*Autor desconhecido*

## Resumo

VIRGENS, Diego de Souza. **A Recente Queda do Nível da Desigualdade de Renda no Brasil**: uma análise dos principais determinantes do aumento da equidade e da queda da pobreza 1995 – 2009. Florianópolis, 2011. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico.

Este trabalho analisa o comportamento e a evolução da desigualdade de renda no Brasil nas últimas décadas, utilizando para tanto os indicadores mais usuais de desigualdade (coeficiente de GINI, índice de THEIL, razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a renda média dos 40% mais pobres e a razão entre os 20% mais, 40% menos). Acompanhando as mudanças estruturais ocorridas no Brasil, o estudo faz uma breve revisão teórica acerca do debate sobre aumento da desigualdade nas décadas de 60, 70 e 80. Posteriormente, faz-se uma análise da evolução dos índices de desigualdade entre 1995 e 2009, período em que se observa uma queda da desigualdade de renda no Brasil. Verifica-se que a renda per capita da população dos extratos mais pobres aumentou de maneira mais acelerada do que a população mais rica do país, ocasionando, assim, a queda da desigualdade de renda, da pobreza e da extrema pobreza. Um debate sobre os determinantes da queda da desigualdade é apresentado no final do trabalho, onde se destaca os estudos de Barros *et al* (2006), Neri (2011) e Gonçalves (2011), que entendem que os principais motivadores da queda recente da desigualdade no Brasil foram provocados pelo aumento da renda *per capita*, o que deveu-se ao aumento educacional do trabalhador e também pelas transferências de renda condicionadas, como por exemplo, o programa Bolsa Família.

**Palavra chave:** Desigualdade; Pobreza; Brasil



## Abstract

VIRGENS, Diego de Souza. **The recent descent of the income inequality level in Brazil: an analysis of the main determinants of the equity increase and of the poverty descent from 1995 – 2009.** Florianópolis, 2011. Monograph (Graduation) – Universidade Federal de Santa Catarina, Social-Economic Centre.

This paper analyzes the behavior and evolution of income inequality in Brazil in recent decades, using both the most common indicators of inequality (Gini coefficient, Theil index, the ratio between the average income of Richest 10% and the average income of the poorest 40%; the ratio of the top 20%, 40% less). Accompanying the structural changes in Brazil, the study does a brief historical review of the theoretical debate about the increasing inequality in the 60, 70 and 80. Later, an analysis of trends in rates of inequality between 1995 and 2009 is made, when they observed a decrease in inequality income in Brazil. It appears that the per capita income of the population of the poorest extracts has increased more rapidly than the richest part of the population, causing thus the fall in income inequality, poverty and extreme poverty. A debate about the determinants of the decline in inequality is presented in the end of the study, which highlights the study by Barros et al (2006), Neri (2011) and Gonçalves (2011), who understand that the main drivers of the recent fall in inequality in Brazil were caused by the increase of income per capita, which was due to the increased education of the worker and also by the conditional income transfer such as the Bolsa Família program.

**Key words:** Inequality; Poverty; Brasil.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BPC – Benefício de Prestação Contínua.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social.

PBF – Programa Bolsa Família

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIA – População em Idade Ativa

PIB – Produto Interno Bruto.

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios.

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

POF – Pesquisa Orçamento Familiar

PTCR – Programas de Transferência de Renda Condicionada.

SEAS – Secretária do Estado da Assistência Social

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Coeficientes de GINI 10 Países com maior Desigualdade de Renda.....	27
Tabela 2: Índices de Medidas de Desigualdade de Renda no Brasil 1995 – 2009 .....	30
Tabela 3: Percentual da Apropriação da Renda por Décimo da População 1995 – 2009 .....	33
Tabela 4: Renda Domiciliar Média Per Capita Por Décimo da População .....	36
Tabela 5: Renda Domiciliar Per Capita Média .....	37
Tabela 6: Evolução da Pobreza e Extrema Pobreza no Brasil.....	39
Tabela 7: Evolução da População Economicamente Ativa .....	44
Tabela 8: Nível Educacional Brasileiro .....	46
Tabela 9: Relação: Benefício por Família – PBF .....	54

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução do Índice de GINI no Brasil 1981 – 2009.....	29
Gráfico 2: Evolução Temporal dos Índices de Desigualdade de Renda 1995-2009 .....	31
Gráfico 3: Evolução Temporal dos Índices de Desigualdade de Renda 1995-2009 .....	31
Gráfico 4: Apropriação da Renda .....	34
Gráfico 5: Taxa de Crescimento Anual da Apropriação da Renda em Extratos da População .....	35
Gráfico 6: Percentual de Pobres e Extremamente Pobres na População .....	40
Gráfico 7: Variação das Séries de Dados .....	40
Gráfico 8: População por Faixa Etária .....	43
Gráfico 9: Evolução do Nível Educacional e do Índice de Analfabetismo .....	46
Gráfico 10: Relação: Renda Metropolitana e Renda Rural .....	48

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Curva de Kuznets .....	21
Figura 2: Determinantes da Desigualdade na Distribuição da Renda .....	26

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	.vi
<b>RESUMO</b> .....	viii
<b>ABSTRACT</b> .....	ix
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	x
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	xi
<b>LISTA DE GRÁFICOS</b> .....	xii
<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES</b> .....	xiii
<b>CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>1.2 Objetivos</b> .....	17
1.2.1 Objetivo Geral .....	17
1.2.2 Objetivos Específicos .....	17
<b>1.3 Metodologia</b> .....	18
<b>CAPÍTULO 2: O DEBATE DA DESIGUALDADE NO BRASIL</b> .....	19
<b>2.1 Debates da Década de 70</b> .....	19
<b>2.2 Debates das Décadas de 80 e 90</b> .....	23
<b>CAPÍTULO 3: A RECENTA QUEDA NA DESIGUALDADE NO BRASIL</b> .....	29
<b>3.1 Análises dos Indicadores de Desigualdade</b> .....	29
<b>3.2. A Concentração da Renda</b> .....	32
<b>3.3 Conseqüências da Queda da desigualdade</b> .....	35
3.3.1 Aumento da renda .....	35
<b>3.4 Queda da Pobreza</b> .....	37
<b>CAPÍTULO 4: DETERMINANTES DA RECENTE QUEDA DA</b> <b>DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL</b> .....	42

<b>4.1 Aspectos da Queda da Desigualdade .....</b>	<b>42</b>
4.1.1 Demografia, Remuneração de Ativos e Participação no Mercado de Trabalho ....	43
4.1.2 Escolaridade, Experiência e Discriminação .....	45
4.1.3 Determinantes Externos .....	48
<b>4.2 Transferências de Renda .....</b>	<b>50</b>
4.2.1 A Importância das Transferências de Renda .....	51
4.2.2 Programas de Transferências de Renda.....	52
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>58</b>

## INTRODUÇÃO

(...) A renda dos 10% mais ricos sobe 66,87% entre os censos de 1960 e 1970. Se restringirmos a análise apenas aos 5% mais ricos o aumento foi ainda maior com 75,42%. Os 50% mais pobres obtiveram um aumento de 15,26% no mesmo período, ou seja, a renda da metade mais pobre cresceu 81,22% menos que a dos 10% mais ricos.

Incidentalmente quando comparamos as décadas de 1960 e a de 2000, as taxas acumuladas de crescimento dos estratos extremos da distribuição são similares. A renda dos 10% mais ricos nos anos 60 sobe 66,87% quase o aumento de renda dos 50% mais pobres na década passada. É o que podemos chamar de imagem no espelho da desigualdade (NERI, 2011, p. 11).

Conforme Marcelo Neri, o que se observou ao longo das cinco décadas (1960 – 2000), foi um aumento da desigualdade de forma elevada no início da série e, uma queda da desigualdade nas últimas séries, denominado pelo autor como um fenômeno de “imagem invertida da desigualdade” justificando com a afirmação que “acabamos de voltar ao menor nível de desigualdade de nossas séries históricas observado em 1960” (NERI, p. 11).

Tendo em vista que o período 1960-1990 é marcado por significativo aumento da concentração de renda no Brasil e que a partir de 1993 a desigualdade dentro do país tem apresentado uma tendência decrescente, sobretudo após 2001, quando a concentração de renda declina constantemente o que é observado na evolução do índice de GINI<sup>1</sup> (ver gráfico 1, Capítulo 3, página 31), nosso objetivo é analisar as décadas de 1990 e 2000, para então responder as seguinte questão : a que podemos atribuir à queda recente da desigualdade de renda no Brasil ?

Contextualizando nossa problemática sobre a queda da desigualdade, vamos ter como hipótese que a política de transferência de renda foi essencial para a redução da desigualdade nas duas últimas décadas. Para especificar nosso modelo de análise sobre as transferências de renda e diferenciar com relação a pensões públicas e aposentadorias, vamos utilizar a denominação utilizada por Soares *et al* (2007), como Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTCRs), os quais “consistem essencialmente na

---

<sup>1</sup> Conforme o IBGE, o Índice de GINI é uma medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima).



transferência de quantias em dinheiro para famílias pobres<sup>2</sup>. A transferência é condicionada por se exigir uma ou várias contrapartidas da família beneficiada, como, por exemplo, zelar pela frequência de seus filhos à escola”. (SOARES *et al.* (2007, p.9).

O estudo será realizado mediante a seguinte ordem de segmentação: após esta breve introdução, o segundo capítulo apresenta uma breve revisão teórica acerca do debate sobre a desigualdade de renda nos anos 60, 70, 80 e 90; em seguida, no terceiro capítulo, faz-se uma análise de dados sobre índices e variáveis de medição da desigualdade, a fim de verificar a evolução ao longo das duas últimas décadas; no quarto capítulo, será analisado os principais determinantes que contribuíram para a queda da desigualdade de renda nas duas últimas décadas; por fim, reserva-se o último capítulo para as considerações finais.

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo geral**

Compreender os principais fatores que contribuíram para a queda da desigualdade de renda no Brasil nas últimas duas décadas.

### **1.2.2 Objetivos específicos**

- i. Analisar a evolução da desigualdade de renda nas últimas duas décadas.
- ii. Apontar os determinantes da queda recente da desigualdade de renda no Brasil
- iii. Discutir os principais programas de transferência de renda das décadas de 1990 e 2000

---

<sup>2</sup> Conforme Soares (2007), as famílias pobres são divididas em dois grupos: as extremamente pobres com renda familiar per capita mensal de até R\$ 60,00; e as pobres, com renda familiar per capita mensal de R\$ 60,00 a R\$ 120,00

### 1.3 – Metodologia

A análise metodológica adotado no trabalho, buscou alcançar os objetivos propostos por este por meio de levantamento de informações e dados em geral, através de pesquisa bibliográfica e documental de artigos, notas técnicas, trabalhos acadêmicos e sites da internet.

A pesquisa bibliográfica teve como finalidade, embasar teoricamente o referido trabalho, resgatando o pensamento dos estudiosos do tema como Albert Fishlow e Carlos Langoni, assim um resgate teórico acerca do aumento da desigualdade de renda no Brasil será imprescindível. Com as pesquisas documentais, procurou-se viabilizar e obter informações em artigos antigos e atuais sobre o tema, que pudessem representar informações relevantes ao enriquecimento da pesquisa. O acesso a sites da internet, como sites do governo ou ligados a setores econômicos, teve como principal objetivos a busca de dados e índices para a pesquisa, no caso, nossa principal base de dados utilizada é IPEADATA.

De acordo com esta metodologia, este trabalho envolve a discussão em busca de resultados sobre a tendência de maior equidade distributiva na dinâmica do mercado de trabalho ou nas políticas sociais implementadas pelo governo, dentre elas políticas de transferência de renda. Observasse que ambos os elementos cercam os movimentos na dinâmica distributiva, mas, não se pode entendê-la se não se observar os resultados recentes como parte de um fenômeno mais amplo, qual seja, o próprio processo de desenvolvimento econômico.

## **CAPÍTULO 2 - O DEBATE DA DESIGUALDADE NO BRASIL**

Ao longo das últimas décadas, ocorreram diversos debates a cerca da evolução da desigualdade de renda no Brasil. Os debates estiveram relacionados ao seu aumento por volta das décadas de 60 e 70, estagnação em meados dos anos 80, período em que os índices de desigualdade se mantiveram em um patamar elevado e, posteriormente, um declínio a partir da década de 90. Apresentar o debate em torno do aumento da desigualdade de renda no Brasil nas décadas de 60, 70, 80 e 90 é o objetivo deste capítulo.

### **2.1 DEBATES DÉCADA 70**

Provocou-se maior concentração da renda (...) quando se tem amplamente reconhecido que o maior obstáculo ao desenvolvimento do país está na já excessiva concentração da renda (FURTADO, 1968b, p. 19 apud HOFFMANN, 2001, p. 68)

Com a divulgação do Censo Demográfico de 1970, iniciou-se um importante debate sobre o crescimento da desigualdade da distribuição de renda no Brasil. A comparação dos Censos de 1960 e 1970, mostrou que houve um aumento considerável na concentração da renda no período, o que atraiu o olhar de muitos estudiosos. Embora todos os estudos que trataram do tema tenham chegado à mesma conclusão, de que houve aumento da desigualdade de renda, as interpretações quanto às origens do fenômeno têm formas diversas. O contexto macroeconômico marcado por crescimento da renda da população nas décadas de 60 e 70 foi explorado dentro de diversos estudos sobre a desigualdade de renda.

Entre os principais trabalhos que visavam esclarecer o aumento da desigualdade no país entre 1960 e 1970, podemos destacar os de Fishlow (1972), os quais atribuíram o aumento da desigualdade ao declínio do valor real do salário mínimo e do salário médio, em virtude dos reajustes abaixo da inflação. Fishlow (1972) alerta para o fato de que o crescimento econômico verificado nos anos 1960, não era uma medida de desempenho econômico e social satisfatória, pois deveria se levar em conta a maneira pelo qual o aumento da renda foi distribuído para a população. O autor destaca que a inflação foi a motivadora das políticas de contenção salarial do governo militar.

Fishlow (1972) destaca que a inflação pode ser caracterizada, segundo o ministro vigente da época Roberto Campos, como sendo resultado da política adotada pelo governo, concentrada em dois pontos principais: das despesas governamentais superiores ao poder aquisitivo que eram retiradas do setor privado sob a forma de impostos ou empréstimos públicos e da incompatibilidade entre a propensão a consumir resultante da política salarial, e a propensão a investir associada à política de expansão de crédito às empresas.

A política adotada para combater a inflação acabaria sendo um elemento crucial para o aumento da desigualdade na distribuição da renda. Conforme Fishlow (1974, p.7) “o custo do programa de estabilização recaiu sobre aqueles que tinham menos condições para suportá-lo: os pobres. Considerar tal programa um sucesso total é, no mínimo, uma confusão semântica.” O argumento de Fishlow foi que a política do governo restringiu severamente o salário nominal, ao mesmo tempo em que foi aplicada a “inflação corretiva”, o que fez o salário mínimo real declinar 20%, visto que, no mesmo período a renda per capita aumentou 22%, ou seja, houve um ganho na renda dentro da população. Para Fishlow (1972) esse ganho foi representado nos setores urbanos com renda acima da média, nos sub-setores de finanças, nos cargos administrativos e etc.

Carlos Langoni (1973), em trabalho apoiado pelo então ministro da Fazenda, professor Antonio Delfim Netto, buscou explicar as causas da desigualdade de renda gerada pela renda do trabalho. O estudo de Langoni (1973) foi influenciado pelo trabalho do teórico Simon Kuznets (1955), que analisando dados históricos dos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha em seu artigo *Economic Growth and Income Inequality*, mostrou que a renda é distribuída de forma mais desigual nos países subdesenvolvidos do que nos desenvolvidos. Kuznets (1955) defende a idéia que a desigualdade de renda aumenta nos estágios iniciais de crescimento econômico, mas, posteriormente se torna decrescente à medida que o produto cresce, conforme destaca Kuznets :

Pode assim assumir uma longa variação da desigualdade, que caracteriza a estrutura de renda secular: um alargamento nas fases iniciais de crescimento econômico, quando a transição do pré-industrial para a civilização industrial foi mais rápido, tornando-se estabilizado por um tempo, e depois diminuir nas fases posteriores. (KUZNETS, 1955, p.18.)

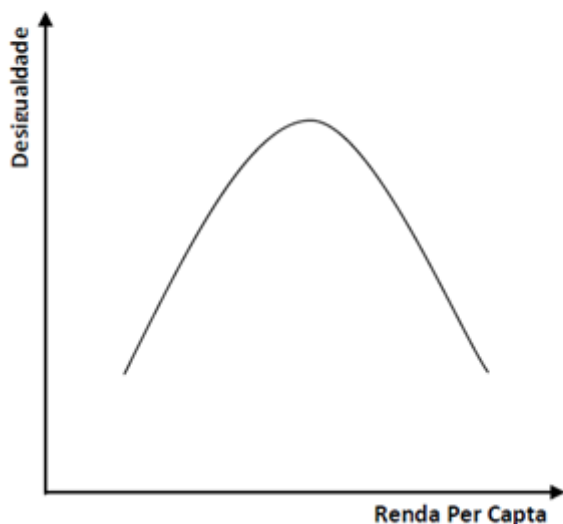
A hipótese de Kuznets é que o padrão de desigualdade que acompanha o desenvolvimento dos países pode ser caracterizado como o de um “U” invertido. Neto

(2008, p.18-19), explica a forma de crescimento do setor industrial com relação ao setor agrícola:

(...) a respeito do comportamento a longo prazo da distribuição de renda pode ser assim resumida: a renda de um país em desenvolvimento, nos estágios iniciais de industrialização – com diminuição do peso do setor agrícola para aumento do peso de setores mais produtivos – tende a concentrar-se, para num momento seguinte, com esgotamento da redução do setor agrícola em relação ao industrial, influenciado pela redução da intensidade no ritmo de desenvolvimento, distribuir-se de forma mais equitativa. Esse processo é acompanhado e influenciado por crescimento da renda *per capita*, sendo que as rendas *per capita* dos setores não agrícolas são maiores do que a do setor agrícola (NETO, 2008, p.18-19).

A teoria do U invertido de Kuznets constitui-se como a referência teórica mais divulgada e aceita dentre os estudiosos do tema, principalmente nas décadas de 60 e 70 a modelagem de Kuznets atribuiu uma importância consideravelmente significativa às mudanças estruturais naturais de um processo de crescimento econômico sobre a dinâmica distributiva (NETO, 2008 p. 15). A hipótese de Kuznets se configura no formato de “U invertido”, conforme figura 1.

**Figura 1 – Curva de Kuznets**



Assim, Langoni (1973) tentou mostrar que o aumento da desigualdade de renda entre 1960-1970, estava associado à rápida expansão da economia, às mudanças

estruturais e à defasagem na mão-de-obra qualificada. Langoni (1973) baseou sua análise nos efeitos distributivos das alterações que ocorrem na composição regional, setorial e nas mudanças qualitativas da força de trabalho para averiguar as possíveis conseqüências dessas mudanças em relação à distribuição da renda. Sua constatação é que a principal causa do aumento da desigualdade na distribuição no período estava na formação educacional da força de trabalho.

A importância da educação ficou evidente, não só para as diferenças observadas de renda em cada ano, mas também para o aumento de desigualdade durante o período. Os coeficientes desta variável (...) são os de maior magnitude e de maior significância entre todas as variáveis incluídas na regressão. (LANGONI, 1973, p.208).

Segundo o autor, no período de rápido crescimento econômico da década de 60<sup>3</sup>, o fator que limitou a remuneração dos indivíduos esteve relacionado a fatores intrínsecos ao trabalhador: idade, sexo, região, atividade e principalmente a educação. Sintetizando características como grau de instrução e experiência assim como região de atuação do trabalhador, será um difusor de desigualdade, nas palavras do próprio autor, “somente diferenças de atributos individuais relacionados com o comportamento do mercado de trabalho são suficientes para gerar uma distribuição acentuadamente desigual” (LANGONI, 1974 p. 169).

Bonelli e Ramos (1993), por sua vez, atribuem a tendência da alta da desigualdade no período de 1960 – 1970 a dois fatores principais,: primeiro, pelas mudanças clássicas na distribuição de renda associadas ao desenvolvimento econômico, conforme uma explicação via Kuznets, baseada em variações na estrutura da força de trabalho. Segundo, pelos desequilíbrios temporários no mercado de trabalho, ocasionado pela expansão diferenciada da demanda de trabalho qualificado, sendo a oferta fixa no curto prazo. A explicação dessa teoria define-se pelo aumento na concentração não só temporária, mas também, auto-corrigível em uma economia em crescimento, à medida que se expandisse a oferta de mão de obra qualificada

---

<sup>3</sup> A década de 60 foi caracterizada por apresentar um índice elevado de crescimento do país, com exceção no triênio de 1962-1964.

## 2.2 DEBATE DA DÉCADA DE 80.

Os anos 80 interromperam o ciclo de crescimento acelerado que o país vinha tendo nas décadas anteriores. Entretanto, a combinação de um processo inflacionário crônico com estagnação econômica vai causar agravamento da desigualdade de renda (LACERDA 1994; Barros *et al.* 1997). E como é possível observar no Gráfico 1 (ver página 31), foi nesta década que se registra o nível mais elevado de desigualdade de renda no Brasil, 0,63 em 1989. .

Conforme Lacerda (1994, p.137), o aumento da desigualdade de renda na década de 1980 deveu-se a crise inflacionária e as sucessivas tentativas para contê-las, nas palavras do autor “o aumento da inflação no período, os sucessivos planos de ajustes e as políticas salariais nos permitem sugerir que estes foram os fatores fundamentais nesse processo de agravamento da concentração de renda”. Baseado em dados do PNAD, Lacerda (1994) consegue sintetizar a evolução da distribuição da renda na década de 80, deste modo o autor destaca:

(...) a renda dos 10% mais ricos da população brasileira, que representava 46,6% da renda total em 1981 elevou-se para 53,25 em 89, ou seja, aumento em 14,2%. No estrato dos 1% mais ricos, o aumento da concentração foi ainda maior, estes que em 1981 detinham 13% da renda total, aumentaram sua participação no bolo para 17,3% em 89, o que representa um incremento de 33,1%. Em contrapartida, o rendimento dos mais pobres diminuiu. Os 20% mais pobres que já detinham a pequena parcela de 2,7% da renda total em 1981, passaram a deter 2% da renda total em 1989, o que representa uma queda de 25,9%. Da mesma forma que caiu 22,4% a renda do estrato dos 50% mais pobres, teve também reduzida a sua participação de 13,4% da renda total em 1981, para 10,4% em 1989” (LACERDA, 1994, p.136-137).

Na mesma linha, Hoffmann (2001) relaciona o aumento da desigualdade da década de 80 com o cenário macroeconômico brasileiro. Os altos índices de inflação fez com que o governo realizasse diversas intervenções através de políticas de estabilização, o que acabou intensificando o processo de concentração de renda, à medida que os processos formais ou informais de indexação fortemente presentes na economia e os elevados juros reais, mesmo em aplicações de curtíssimo prazo, tendem a favorecer os detentores de capital, que obtêm vantagens com a receita inflacionária e financiando a dívida do governo, através das aplicações financeiras lastreadas em títulos públicos.

Para Barros *et al.* (1997, p. 28) na década de 80 houve uma perda da renda pela camada mais pobre da população, o que teve como consequência aumento da pobreza, “(...) ao longo dos anos 80 a economia brasileira passou por um processo desigual de declínio econômico com as perdas concentradas entre os grupos localizados na cauda inferior da distribuição. Como consequência, o bem-estar declinou e a pobreza aumentou”.

Contudo, Barros e Mendonça (1995) e Ferreira (2000), não descartam a relação da desigualdade, estar inserida no contexto das características natas dos indivíduos tanto na quantidade de recursos provenientes de seus antepassados<sup>4</sup>, quanto na quantidade de recursos públicos. Esses recursos vão dar base para cada indivíduo acumular capital humano podendo competir no mercado de trabalho. Como a quantidade de recursos que cada indivíduo se apropria no nascimento é diferente, Barros e Mendonça (1995) vão denominar como “desigualdade de condições”, assim descrita por Ferreira (2000):

“(...) cada indivíduo passa então a interagir com os mercados e instituições educacionais. A natureza dessa interação é em parte determinada por suas características natas, e em parte pela natureza daqueles mercados e instituições. Resulta desta interação, uma nova distribuição multivariada, agora de características natas e adquiridas” (FERREIRA, 2000, p. 8).

Dado a desigualdade de condições, cada indivíduo irá concorrer no mercado de trabalho utilizando seu capital humano acumulado ao longo dos anos, esse que será o grande gerador de desigualdade. Ferreira (2000) faz um embasamento sobre os principais determinantes do aumento da desigualdade conforme o trabalho de Barros e Mendonça (1995). Segundo eles, existem cinco grupos distintos de fatores que irão determinar a distribuição desigual da renda. O primeiro é a existência de diferenças entre indivíduos no que diz respeito às suas características natas, tais como raça, gênero, inteligência e/ou riqueza inicial. O segundo é a existência de diferenças entre indivíduos no que diz respeito a características individuais adquiridas, tais como nível educacional, experiência profissional.

O terceiro grupo de fatores é como o mercado de trabalho irá absorver o indivíduo com as condições acima citadas, fazendo com que transforme as características individuais em renda, transformando em diferenças salariais. Por sua vez esse grupo se divide em canais distintos: por discriminação que se entende como uma diferença de remuneração entre dois postos de trabalho idênticos, ocupados por

---

<sup>4</sup> Recurso privado no nascimento.

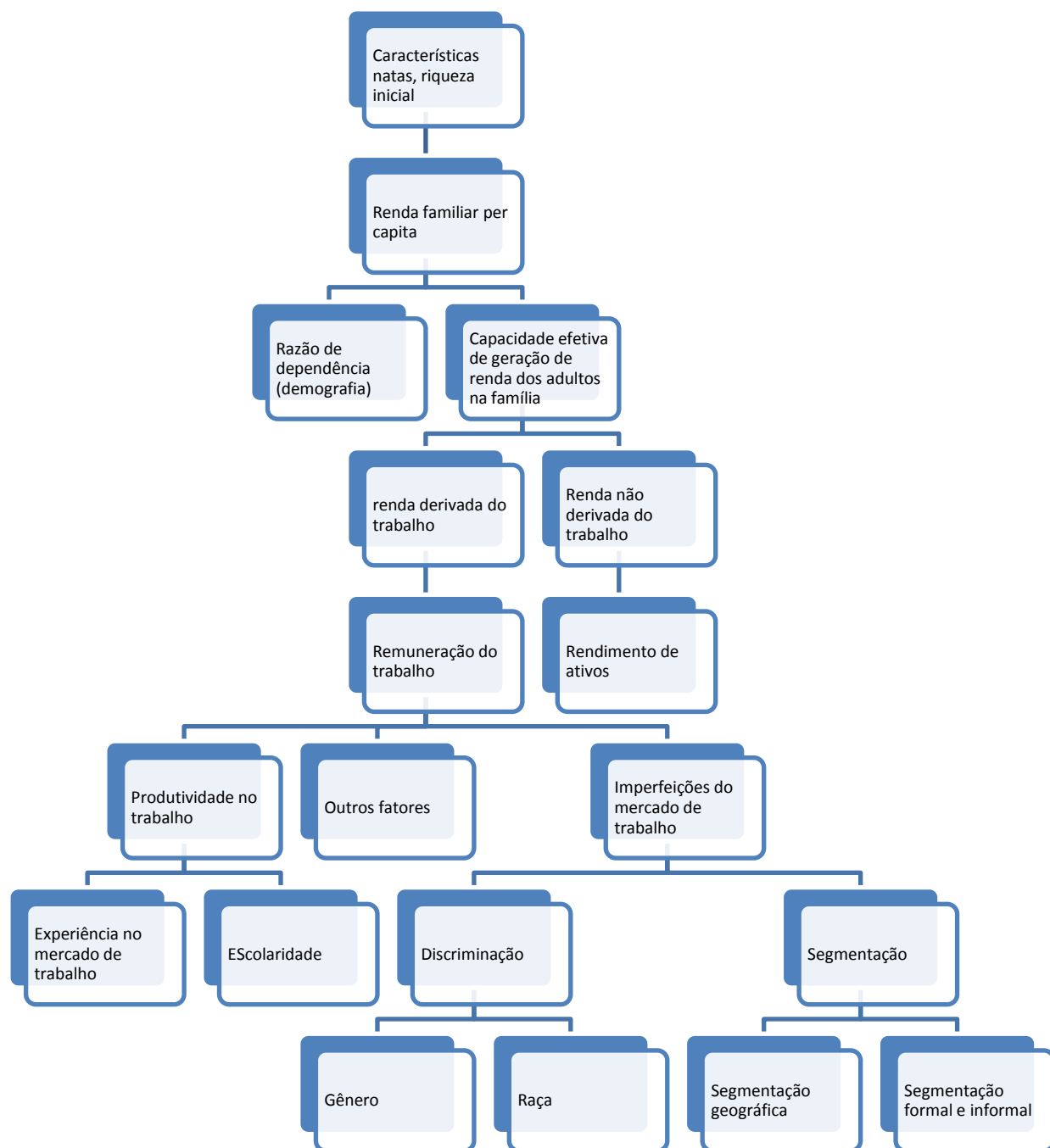


trabalhadores com produtividades idênticas com base em alguma característica observável do trabalhador, por exemplo raça ou gênero do trabalhador. Outro canal é dado como por segmentação, em que se entende a diferença de remuneração entre dois pontos de trabalho distintos, ocupados por trabalhadores idênticos, com base em características do posto de trabalho, apesar das produtividades daquelas combinações de posto e trabalhador serem idênticas. Observa-se segmentações regionais onde postos de trabalhos iguais com trabalhadores idênticos possam gerar remunerações distintas em diferentes regiões geográficas no país, e segmentação entre trabalho formal e trabalho informal dentro do mercado de trabalho.

O quarto grupo refere-se ao mercado de fatores de produção, os mercados de capital. Na medida em que estes mercados sejam imperfeitos, mostram que há segmentação no acesso a esse mercado. Além de acesso a crédito, que pode determinar o acesso dos indivíduos em diferentes ocupações produtivas, ocorre que as imperfeições destes mercados também afetam a geração de renda e, portanto, sua distribuição. O quinto grupo de fatores é simplesmente o fator demográfico, incluindo decisões de formação de domicílio, de fertilidade, de co-habitação ou separação domiciliar

Dado os principais determinantes do aumento da desigualdade por Barros e Mendonça (1995) e Ferreira (2000), alguns desses determinantes serão utilizados para explicar a queda da desigualdade de renda. Abaixo segue figura – 2 onde é apresentado um diagrama com os principais determinantes apontados por Barros e Mendonça (1995) e Ferreira (2000).

Figura 2 – Determinantes da desigualdade na distribuição da renda.



Fonte: Elaboração própria, conforme Barros e Mendonça (1995) e Ferreira (2000).

Tanto Barros e Mendonça (1995) quanto Ferreira (2000) fazem um estudo equiparando a desigualdade brasileira à desigualdade de outros países, e o que fica evidente é que o Brasil ocupa uma posição de destaque internacional como uma das sociedades mais desiguais do planeta, conforme podemos observar na tabela 1.

**Tabela 1**

**Mundo – Coeficientes de Gini em ordem decrescente (10 países com maior desigualdade de renda): meados dos anos 1990 e primeira década do século XXI**

		Gini, meados anos 1990		Gini, 2000-10	
1	Suazilândia	60,9	Colômbia	58,5	
2	Nicarágua	60,3	África do Sul	57,8	
3	África do Sul	59,3	Bolívia	57,2	
4	<b>Brasil</b>	<b>59,1</b>	Honduras	55,3	
5	Honduras	59,0	<b>Brasil</b>	<b>55,0</b>	
6	Bolívia	58,9	Panamá	54,9	
7	Paraguai	57,7	Equador	54,4	
8	Chile	57,5	Guatemala	53,7	
9	Colômbia	57,1	Paraguai	53,2	
10	Zimbábue	56,8	Lesoto	52,5	

Fonte: **Gonçalves (2011, p. 9)**

Nota: Conjunto de 110 países para os quais há dados para meados dos anos 1990 e primeira década do século XXI.

Cabe destacar o peso do passado colonial. Ferreira (2000), por exemplo, aponta que o problema da desigualdade vem desde início do Brasil colônia, o que faz com que a importância em discutir o problema da distribuição da renda no país deva fazer parte dos debates políticos econômicos como forma de reduzir a pobreza, não somente com crescimento da economia, mas, também com repartição da riqueza nacional. Nas palavras do autor,

(...) em um país cujo desenvolvimento econômico colonial baseou-se nos pilares gêmeos de uma enorme concentração inicial da propriedade fundiária e da importação maciça de mão-de-obra escrava, não foram precisos censos, pesquisas amostrais ou um grande número de índices matemáticos sofisticados para que a existência da desigualdade fosse notada e comentada (FERREIRA, 2000, p.6).

Na mesma direção, Hoffman (2001) argumenta sobre possibilidades de buscar fatores de desigualdade na história dos primórdios do Brasil colonial:

(...) em comparações internacionais, os países latino-americanos em geral, e mais particularmente o Brasil, destacam-se pela elevada desigualdade da distribuição da renda. A explicação dessa desigualdade teria de ser procurada na formação e evolução econômico-social dessas antigas colônias de Portugal e Espanha. Um aspecto fundamental foi, sem dúvida, a elevada concentração da posse da terra, especialmente quando a economia desses países tinha como

núcleo a produção e exportação de produtos primários (HOFFMAN, 2001, p.67).

Em suma, pode-se observar neste capítulo a trajetória do crescimento da desigualdade na distribuição de renda brasileira, entre os anos 60 aos anos 80. O debate que ocorreu ao longo desse período esteve associado justamente às origens do crescimento da desigualdade. A interpretação do problema do aumento da desigualdade seguiu duas linhas de pensamento principais, a primeira adotada por Fishlow (1972) que caracterizou o aumento da desigualdade foi motivado por adoção de medidas políticas adotadas pelo governo e na outra linha de pensamento o teórico Langoni (1973) que seguindo a linha de Kuznets (1973) adota a postura que o aumento da desigualdade era um problema estrutural do país.

Apresentadas as principais interpretações do aumento da desigualdade de renda no Brasil no período 1960-1990, o próximo capítulo tem o objetivo de realizar uma análise dos principais dados e índices que apresentam a evolução da desigualdade de renda nas décadas 1990 e 2000, a fim de avaliar se houve um aumento ou uma queda no grau dessa variável nas duas últimas décadas.

## CAPÍTULO 3 - A RECENTE QUEDA NA DESIGUALDADE NO BRASIL

A renda dos 50% mais pobres nos anos 2000 sobe 69%, a imagem do espelho do ganho dos 10% mais ricos nos anos 60 (NERI, 2011 p. 9).

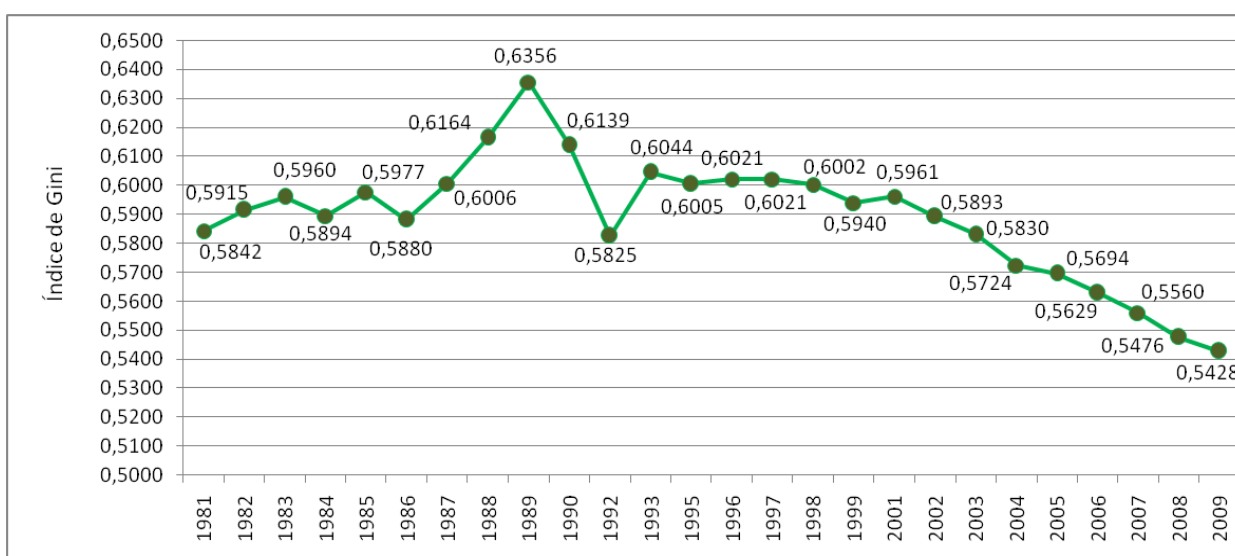
O resumo da ópera atual seria a de uma revolução de 360°. Acabamos de voltar ao menor nível de desigualdade de nossas séries históricas observado em 1960 (Ibid, p. 11).

Conforme evidenciado por Neri, as últimas duas décadas foram marcadas por uma queda na desigualdade de renda no Brasil, uma tendência inversa à ocorrida nas décadas de 60, 70 e 80. Para verificar essa nova trajetória e comprovar as afirmações dos autores faremos nesse capítulo uma análise de dados com intuito de verificar a evolução da desigualdade de renda nas duas últimas décadas.

### 3.1 ANÁLISES DOS INDICADORES DE DESIGUALDADE

De acordo com o gráfico 1, a desigualdade de renda no Brasil se manteve em um patamar elevado em toda década de 80, alcançando seu pico (0,63) em 1989. Na década seguinte, nota-se uma queda constante, a partir de 1993 até chegar ao seu menor nível nos últimos 40 anos, 0,54 em 2009.

**Gráfico 1 – Evolução do Índice de GINI no Brasil 1981-2009**



Fonte: Ferreira e Vieira (2010, p.17)

Conforme Ferreira e Vieira (2010), tomando por base outros indicadores usuais de desigualdade (índice de THEIL, a razão entre a renda dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres, e dos +20/-20), a concentração na distribuição da renda no Brasil mantém sua tendência de queda nos anos 2000, , acentuando-se a partir de 2001, como, de fato, se constata na tabela 2 abaixo.

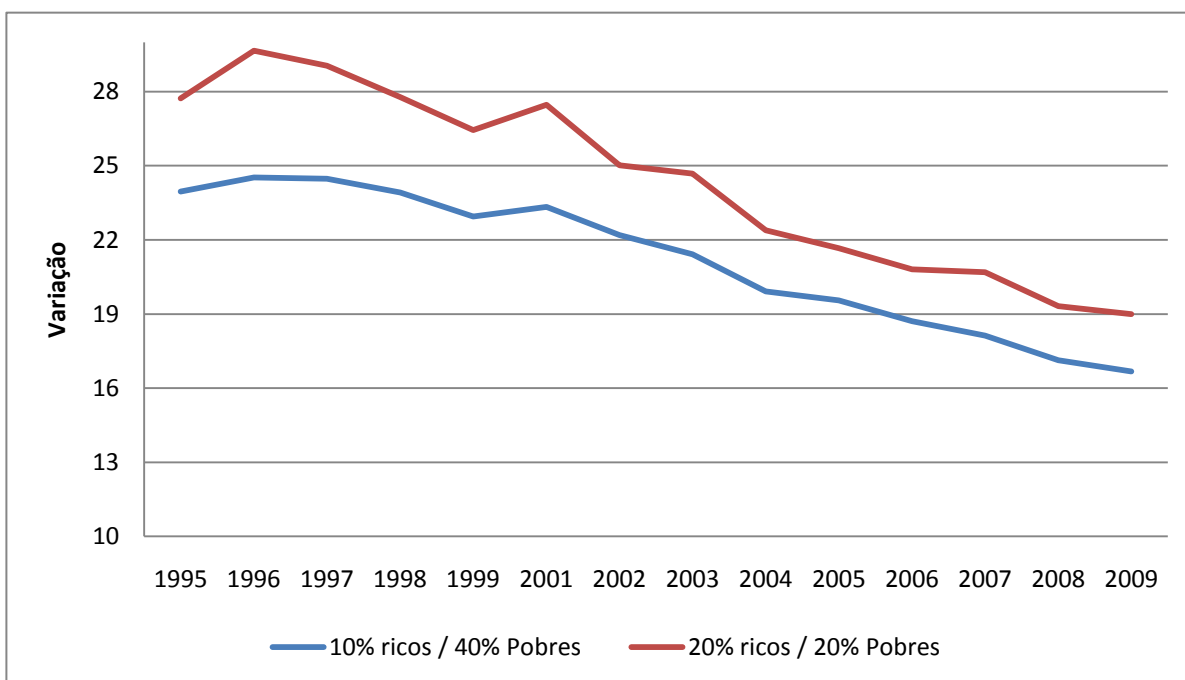
**Tabela 2. - Índices de Medidas de Desigualdade de Renda no Brasil (1995 - 2009)**

Ano	THEIL	GINI	10% ricos / 40% Pobres	20% ricos / 20% Pobres
1995	0,733	0,601	23,96	27,73
1996	0,732	0,602	24,53	29,66
1997	0,738	0,602	24,48	29,05
1998	0,734	0,600	23,92	27,78
1999	0,711	0,594	22,95	26,45
2001	0,727	0,596	23,34	27,47
2002	0,710	0,589	22,20	25,02
2003	0,686	0,583	21,42	24,69
2004	0,665	0,572	19,91	22,39
2005	0,659	0,569	19,55	21,66
2006	0,644	0,563	18,70	20,81
2007	0,624	0,556	18,12	20,69
2008	0,608	0,548	17,13	19,31
2009	0,597	0,543	16,67	18,99

*Fonte: Elaboração própria com dados IPEADATA.*

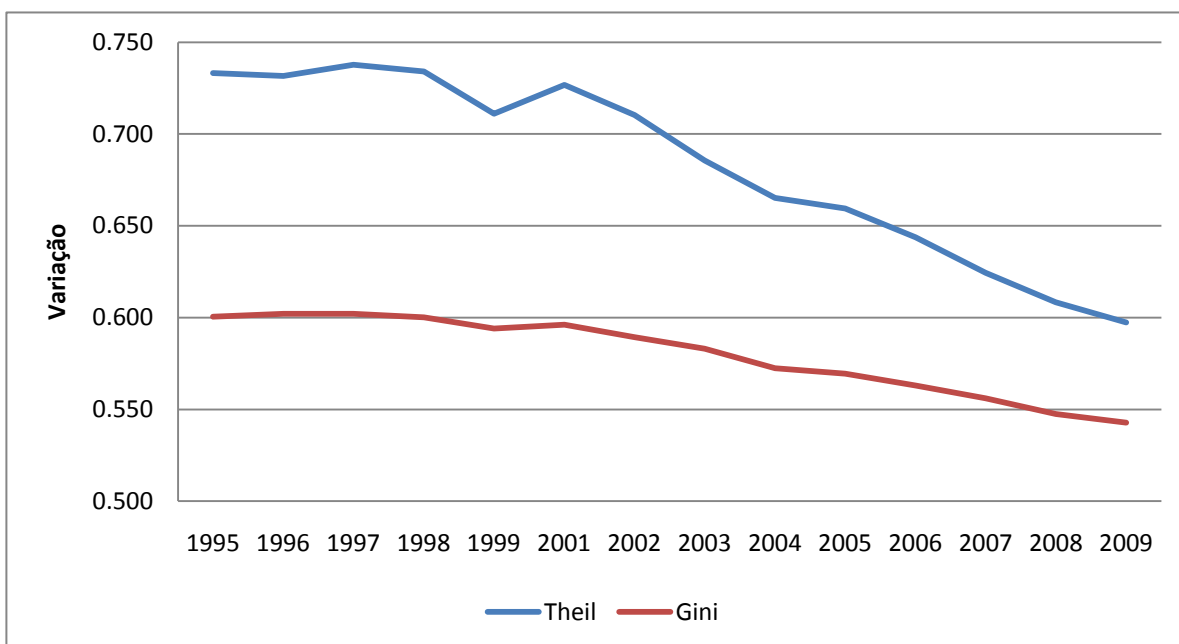
Como se pode apurar na tabela 2 acima, entre 1995 e 2001 há uma variação nos índices de desigualdade de renda, a partir do ano 2001 ocorre uma tendência de queda dos índices. Diante dessa redução da desigualdade, o índice de GINI apresentou uma queda de 0,60 para 0,54, que em princípio parece ser de pouca relevância, porém, corresponde a uma queda de aproximadamente 6 pontos percentuais. Com uma queda de aproximadamente 13 pontos percentuais, o índice de THEIL acompanha e tem a mesma trajetória que o índice de GINI. Já os que avaliam a razão entre a renda dos mais ricos com relação à renda dos mais pobres sofrem uma variação de 23,96 para 16,47 ou queda de 31% na relação 10% ricos/40% pobres e de 27,73 para 19,0 ou queda de 31% na relação 20% ricos / 20% pobres. Percebemos que o ritmo da queda da desigualdade foi bastante acelerado.

**Gráfico 2 - Evolução Temporal da relação entre 10% ricos /40% pobres e 20 ricos / 20 pobres (1995-2009)**



Fonte: Elaboração própria com dados IPEADATA.

**Gráfico 3 – Evolução temporal dos índices de desigualdade de renda GINI e THEIL**



Fonte: Elaboração própria com dados IPEADATA

Observando a recente queda através dos gráficos 2 e 3, percebemos a tendência de queda se deu nos quatro índices analisados de maneira mais acelerada após o ano de 2001. Cabe agora evidenciar onde ocorreram as maiores mudanças dentro da população. Para isso devemos analisar como evoluiu a participação na apropriação da renda por décimos da população, a fim de verificar em quais extratos da população ocorreram os maiores aumentos e quedas de participação, esse será o tema da próxima subseção.

### **3.2 - A CONCENTRAÇÃO DA RENDA**

Na seção anterior observamos que ao longo das últimas décadas houve uma queda considerável da desigualdade de renda, medida pelos índices de desigualdade mais usuais como GINI, THEIL e pela relação das rendas entre os mais ricos e pobres. O objetivo desta subseção é mostrar onde ocorreram ganhos e perdas na participação de renda e também mostrar onde a renda está concentrada.

Para atingir estes objetivos dividimos a população em 10 grupos, cada grupo contendo 10% da população, sendo que o 1º grupo é formado pelos 10% mais pobres de modo que o décimo grupo é formado pela camada mais rica população. Separada a população, cada décimo terá em porcentagem a participação na renda total, o que mostrará se houve aumento ou queda de participação na renda total, o modelo poderá ser observado na tabela 2. É bom não confundir participação da renda total de cada grupo com a renda propriamente dita, pois, a participação da renda de um grupo pode diminuir, mas, a renda em si pode sofrer uma elevação, ou seja, não é porque a renda do grupo mais pobre aumentou que a desigualdade irá diminuir, pois, é preciso fazer uma relação entre as rendas para saber se houve ou não uma diminuição da desigualdade.

Conforme é possível observar na tabela 3, no período de 1995 - 2009, é notável que renda esteve concentrada na camada mais rica da população com 47,85% da participação da renda total no início da série e 42,77% de participação da renda no final da série. No entanto observamos que houve uma queda na participação da renda desse grupo e um aumento da participação da camada mais pobre, passando de 0,70% para 0,96% de participação. Destaque que podemos observar que a participação da renda dos 10% mais ricos chega a ser três vezes maior que a participação da renda do grupo imediatamente anterior, respectivamente 47,85% e 16,33% no início da série em 1995.



Porém, essa diferença tem uma tendência de queda até o fim do período da análise para 42,77% e 15,92% respectivamente em 2009.

**Tabela 3 – Percentual da Apropriação da Renda Por Décimo da População 1995 - 2009**

Ano	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°
1995	0,70	1,61	2,39	3,28	4,36	5,61	7,45	10,41	16,33	47,85
1996	0,63	1,54	2,34	3,25	4,34	5,63	7,57	10,60	16,59	47,52
1997	0,65	1,56	2,35	3,23	4,33	5,62	7,56	10,57	16,46	47,67
1998	0,70	1,60	2,40	3,28	4,35	5,62	7,51	10,43	16,30	47,79
1999	0,74	1,67	2,47	3,36	4,45	5,70	7,53	10,46	16,35	47,27
2001	0,68	1,64	2,46	3,36	4,45	5,80	7,53	10,44	16,20	47,45
2002	0,78	1,74	2,53	3,42	4,50	5,85	7,57	10,46	16,12	47,03
2003	0,77	1,76	2,59	3,51	4,59	6,00	7,70	10,61	16,26	46,21
2004	0,86	1,89	2,72	3,63	4,73	6,13	7,82	10,68	16,21	45,33
2005	0,90	1,93	2,76	3,68	4,78	6,19	7,86	10,62	15,95	45,33
2006	0,92	1,99	2,86	3,80	4,88	6,25	7,93	10,63	15,98	44,76
2007	0,88	2,02	2,91	3,88	5,04	6,48	8,11	10,81	16,01	43,87
2008	0,96	2,10	3,03	4,00	5,15	6,57	8,16	10,84	15,94	43,24
2009	0,96	2,13	3,09	4,08	5,23	6,66	8,26	10,90	15,92	42,77

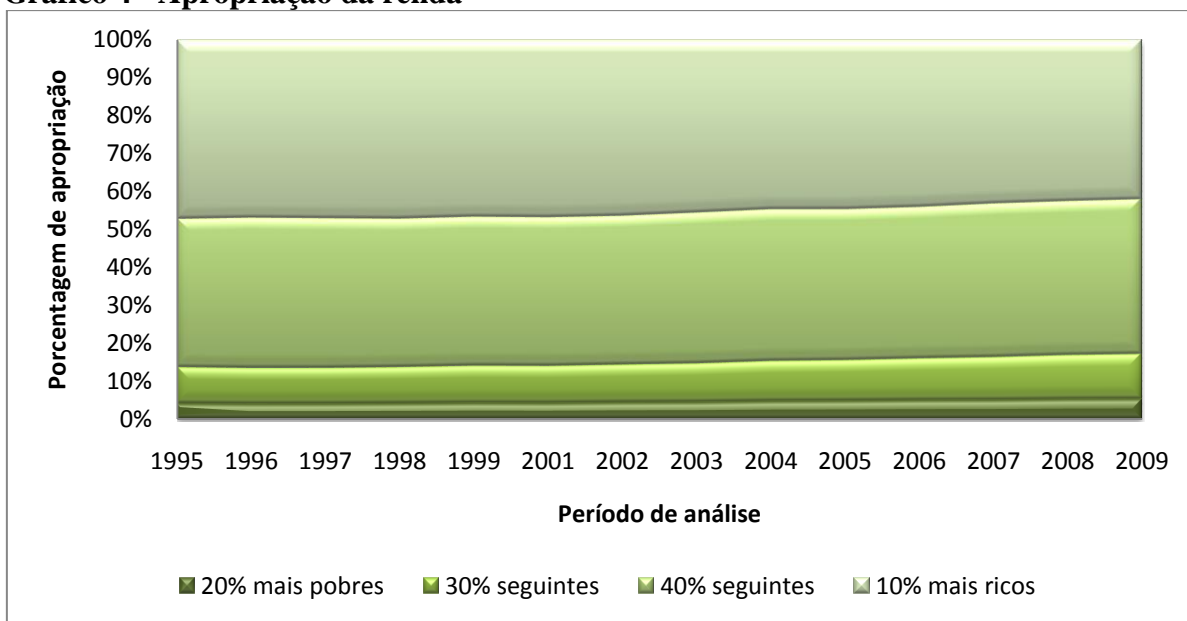
*Fonte: Elaboração própria com dados do IPEADATA*

Podemos comparar também os primeiros grupos, veremos que o primeiro grupo se apropria de menos da metade da renda do segundo grupo, com 0,70% e 1,61% de participação, primeiro e segundo grupo respectivamente, no início da série e mantém essa relação em todo o período, apesar de os dois grupos terem ganho participação na renda total. Entre o segundo e o oitavo não foi possível fazer uma relação entre as participações da renda ao longo do período que chegasse a duas vezes de um grupo para o grupo seguinte. Deste modo observamos que a desigualdade da renda além de estar configurada entre os mais ricos e os mais pobres, também está concentradas nos pólos da distribuição.

Dentro do extrato mais rico da população, a apropriação da renda do 1% mais rico também sofreu alteração, enquanto em 1995, a apropriação desta parcela da população foi semelhante à apropriação de mais de 50% da população mais pobre do país, o que correspondeu a uma participação de 13,81% em 1995, em 2009 a apropriação desse extrato corresponde à apropriação de aproximadamente, 40% da

população mais pobre, uma queda de 20% na comparação dentro do período. A fim de sintetizar melhor as mudanças observadas, restringimos a análise que se segue aos 50% mais pobres e aos 10% mais ricos, conforme o gráfico 4 a fatia total apropriada pelos 10% mais ricos da população, chegou a corresponder a 3,5 vezes o valor apropriado dos 50% mais pobres em 1995, e em 2009 esse valor chega a 2,5 vezes, sendo assim, apesar de ter havido um queda significativa da desigualdade da renda, o país ainda apresenta um alto grau de desigualdade.

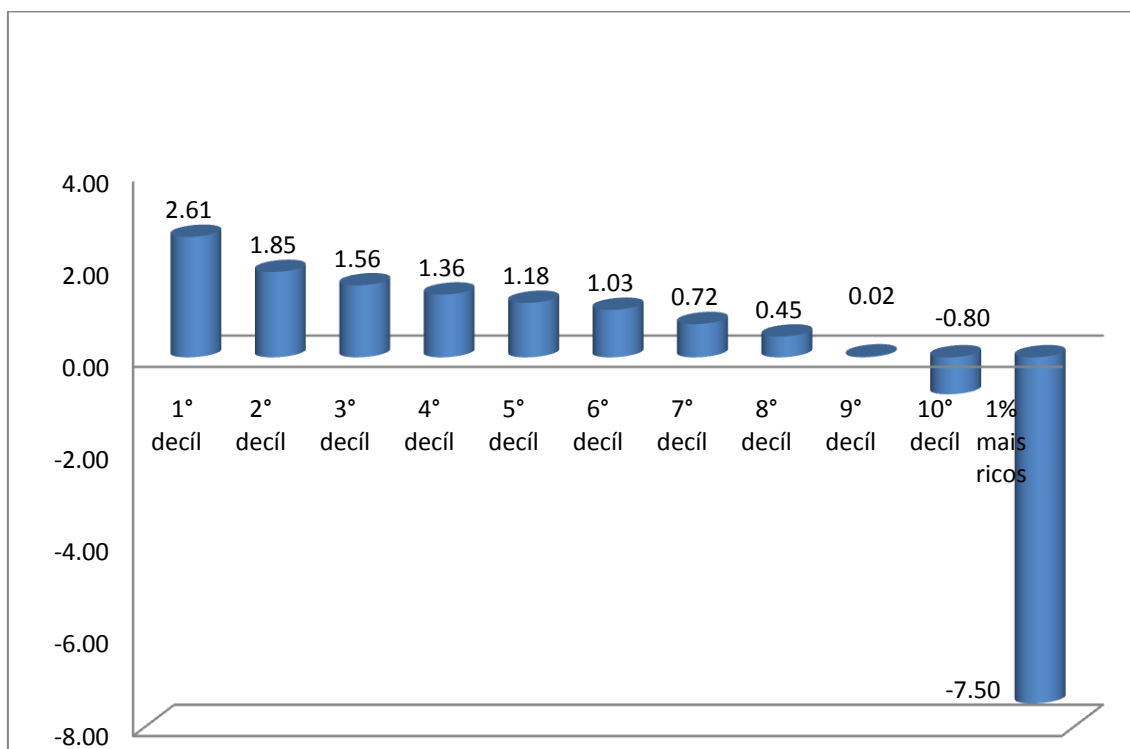
**Gráfico 4 - Apropriação da renda**



Fonte: *Elaboração própria com dados do IPEADATA*

Já no gráfico 5, que apresenta a taxa média de crescimento da participação da renda do país por extrato da população no período de 1995-2009, podemos observar que os 10% mais pobres tiveram um crescimento médio de 2,61% ao ano, enquanto que os 10% mais ricos tiveram uma queda de aproximadamente 0,8% ao ano. Se considerarmos o período como um todo (1995-2009), o crescimento da participação da renda dos 10% mais pobres chega a 37% ao longo dos 15 anos, enquanto a renda dos 10% mais ricos sofre uma queda de mais de 10% na participação da renda no país. Podemos considerar também apenas 1% mais ricos, assim a perda foi ainda maior, em torno de -7,5% médio anual.

**Gráfico 5 – Percentual da taxa de crescimento anual da apropriação da renda por extrato da população (1995 – 2009)**



Fonte: Elaboração própria com dados IPEADATA

### 3.3 CONSEQUÊNCIAS DA QUEDA DA DESIGUALDADE

(...) uma queda do índice de desigualdade de renda não seria tão relevante caso não houvesse um aumento na redução da pobreza (BARROS *et al*, 2006).

#### 3.3.1 AUMENTO DA RENDA

Seguimos nesta seção o conceito de renda domiciliar per capita medido pelo PNAD, adotando a mesma metodologia que foi utilizada para designar a participação da renda total da população, porém, estaremos avaliando a renda média domiciliar per capita da população. Desde modo dividimos a população em 10 decís iguais, entre o período de 1995 a 2009, com intuito de avaliar onde houve aumento da renda média domiciliar per capita de maneira mais intensa dentro do período de análise. A tabela 4 apresenta a evolução da renda dentro de cada décimo da população.

**Tabela 4 - Renda Domiciliar Mensal Média Per Capita em Reais Por Decil da População**

Ano	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°
1995	40.78	93.43	138.79	190.25	252.70	325.61	432.25	603.50	946.78	2,775.16
1996	37.05	90.77	138.24	192.17	256.64	332.80	447.58	626.74	981.02	2,809.80
1997	38.41	91.99	138.65	191.06	255.70	332.13	446.82	624.19	972.10	2,815.47
1998	41.98	95.71	143.45	195.89	259.55	335.70	448.04	622.27	973.04	2,852.42
1999	41.60	93.95	139.11	189.61	250.99	321.38	424.24	589.36	921.27	2,663.42
2001	38.66	93.74	140.38	191.84	254.11	331.12	430.15	596.45	925.76	2,710.95
2002	44.85	99.41	144.67	195.45	257.16	334.27	432.59	597.93	921.44	2,688.39
2003	41.27	94.92	139.32	188.86	247.28	322.75	414.56	571.14	875.00	2,487.06
2004	47.39	104.00	150.04	200.21	260.65	337.49	430.79	588.16	892.66	2,497.06
2005	52.39	112.81	161.46	214.95	279.29	361.46	458.89	620.01	931.42	2,646.91
2006	59.00	127.30	182.33	242.30	311.74	399.13	505.95	678.40	1,019.99	2,856.76
2007	57.46	132.34	190.75	254.58	330.41	424.69	531.91	708.67	1,050.29	2,877.23
2008	66.26	145.09	209.03	275.81	355.33	452.94	562.54	747.42	1,099.55	2,982.17
2009	67.56	150.54	217.79	288.24	369.34	470.14	583.03	769.20	1,123.26	3,018.08

Fonte: *Elaboração própria com dados IPEADATA.*

Podemos observar com a tabela 4 que entre a primeira e a última série, a renda dos 10% mais pobres subiu aproximadamente 65% per capita acumulado no período. Este ganho vai caindo paulatinamente à medida que nos aproximamos do topo da distribuição, atingindo 9% de elevação entres os 10% mais ricos. Para medida de análise na tabela 5 pegamos os 50% mais pobres e os 10% mais ricos, as duas taxas acumuladas de crescimento foram de aproximadamente 53% e 9% respectivamente, enquanto a renda média per capita teve crescimento de aproximadamente 22%. Tendo os 10% mais ricos em 1995 3,8 vezes a renda total dos 50% mais pobres, essa razão vai diminuir para 2,7 em 2009. A taxa de crescimento da renda dos 50% mais pobres foi sempre superior ao longo do período o que mostra uma mudança do crescimento, o inverso do que ocorreu nas décadas de 60 e 70.

**Tabela 5 - Renda Domiciliar Per Capita Média em Reais.**

Ano	Renda per capita média	50% mais pobres	10% mais ricos
1995	579.92	715.95	2,775.16
1996	591.28	714.87	2,809.80
1997	590.65	715.80	2,815.47
1998	596.81	736.58	2,852.42
1999	563.49	715.26	2,663.42
2001	571.31	718.72	2,710.95
2002	571.62	741.55	2,688.39
2003	538.21	711.64	2,487.06
2004	550.84	762.29	2,497.06
2005	583.96	820.90	2,646.91
2006	638.29	922.69	2,856.76
2007	655.83	965.54	2,877.23
2008	689.61	1,051.52	2,982.17
2009	705.72	1,093.47	3,018.08

Fonte: *Elaboração própria com dados IPEADATA*

O aumento da renda domiciliar média per capita foi puxado principalmente pelo aumento da renda das classes mais baixas da população, pois, as camada mais ricas não tiveram um crescimento considerável da renda e ainda perderam participação do total da renda do país dentro do período de 1995 a 2009. Neri (2011, p. 14) sintetiza essa idéia “Os mais pobres sentem os olhos puxados pelo crescimento chinês. Os mais ricos se vêem num país estagnado, como sugere a manchete do crescimento do PIB que não enxerga desigualdade”.

Observamos nessa subseção que houve um aumento da renda de toda a população no período de 1995 – 2009, porém, a renda da população mais pobre cresceu de maneira acelerada quando comparado a população mais rica. Na próxima seção veremos se houve diminuição da pobreza.

### 3.4 QUEDA DA POBREZA

A pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal, contudo, podemos afirmar que a pobreza refere-se a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico uma linha de pobreza pretende ser o parâmetro que permite, a uma sociedade específica, considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor. (BARROS *et al*, .2001, p.2)

Para que a pobreza se reduza, a renda dos mais pobres deve aumentar e para isso é necessário que ocorra crescimento econômico ou reduções no grau de desigualdade. (BARROS *et al*, 2006, p. 15).

Conforme a tabela 2 página 31, pode-se observar que houve uma queda acentuada da desigualdade de renda no país segundo os índices de medição GINI e THEIL, relacionado a um aumento da renda per capita no Brasil entre o período de 1995 - 2009 conforme tabela 4, página 38. Isto sugere um aumento da renda em proporções diferentes entre as camadas da população, sendo que, para haver queda na desigualdade deve haver um aumento da renda da camada mais pobre da população maior que a camada mais rica, este aumento da renda além de diminuir a desigualdade proporciona uma diminuição da pobreza e extrema pobreza no país, Barros *et al* (2006) reforça esse argumento:

Uma queda na magnitude na concentração de renda tem, potencialmente, elevados impactos sobre a redução da pobreza e da extrema pobreza. Isso porque uma queda na desigualdade de renda só ocorre quando a renda média dos mais pobres cresce mais rapidamente que a renda média nacional (BARROS *et al*, 2006, p.4).

Uma queda do índice de desigualdade de renda, não seria importante caso não ocorresse melhora em outros aspectos como queda da pobreza e aumento da renda. Barros *et al* (2006) enfatiza esse efeito, uma queda do índice de desigualdade de renda não seria tão relevante caso não houvesse um aumento na redução da pobreza.

Para que possamos medir o tamanho da queda da pobreza abaixo segue a tabela 6, com os indicadores da pobreza e extrema pobreza no período analisado. Em 1995, 35,08% da população brasileira estavam nas situações de pobreza e 15,19% na de extrema pobreza, ou seja, mais de 50% da população eram pobres ou extremamente pobres. Em 2009, 21,42% e 7,28% da população encontravam-se respectivamente nesta situação, ou seja, 28,8% da população se encontravam na situação de pobreza e extrema pobreza, uma queda de mais de um terço, ou 42%. Se analisarmos por condição social, veremos que o número de pessoas extremamente pobre caiu de aproximadamente 22,4 milhões para 13,5 milhões, isso representa uma queda de 40%. A população pobre passou de 52 milhões para 39,6 milhões de brasileiros, isso representa uma queda de aproximadamente 24%. A queda se torna ainda mais relevante tendo em vista que entre

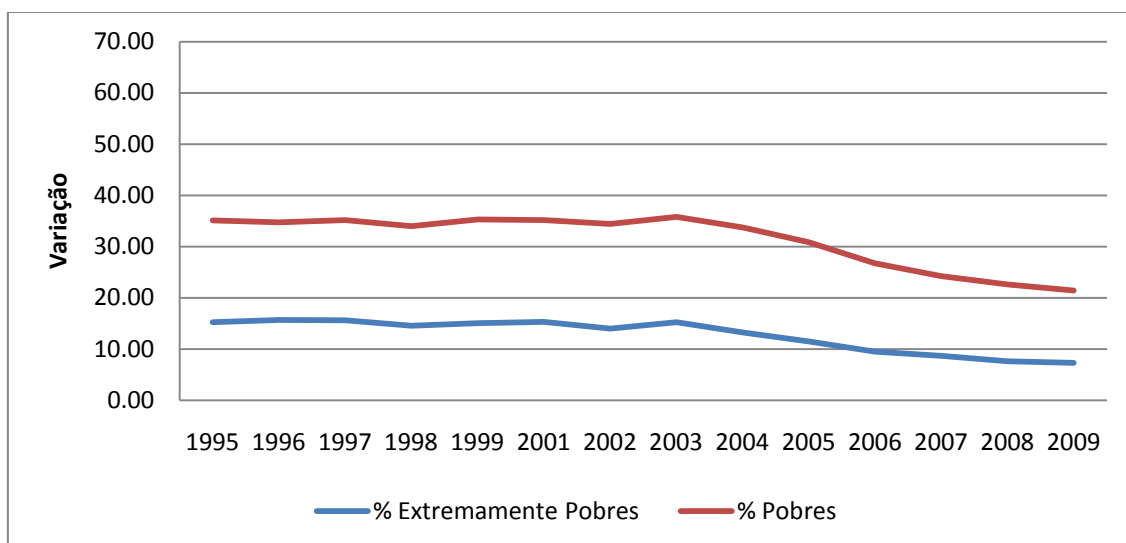
1995 e 2009, a população brasileira aumentou 24%, conforme podemos observar na tabela 6.

**Tabela 6 - Evolução da Pobreza e Extrema Pobreza no Brasil 1995-2009**

Ano	População total / milhões	Extremamente pobre / milhões	% população	Pobre / milhões	% População
1995	151,9	22.430.610,00	15,19	51.784.426,00	35,08
1996	154	23.320.367,00	15,63	51.800.588,00	34,73
1997	156,1	23.676.733,00	15,58	53.449.663,00	35,18
1998	158,2	22.255.804,00	14,52	52.070.300,00	33,97
1999	164,1	23.954.701,00	15,03	56.183.285,00	35,26
2001	171	25.406.163,00	15,28	58.488.902,00	35,17
2002	173,5	23.668.868,00	13,99	58.215.330,00	34,40
2003	176	26.069.035,00	15,20	61.385.933,00	35,79
2004	178,3	23.325.610,00	13,20	59.541.909,00	33,70
2005	180,6	20.674.228,00	11,49	55.476.712,00	30,82
2006	182,8	17.133.160,00	9,44	48.526.810,00	26,75
2007	184,9	15.777.557,00	8,65	44.204.094,00	24,24
2008	186,1	13.888.662,00	7,57	41.460.919,00	22,59
2009	188,3	13.474.983,00	7,28	39.631.550,00	21,42

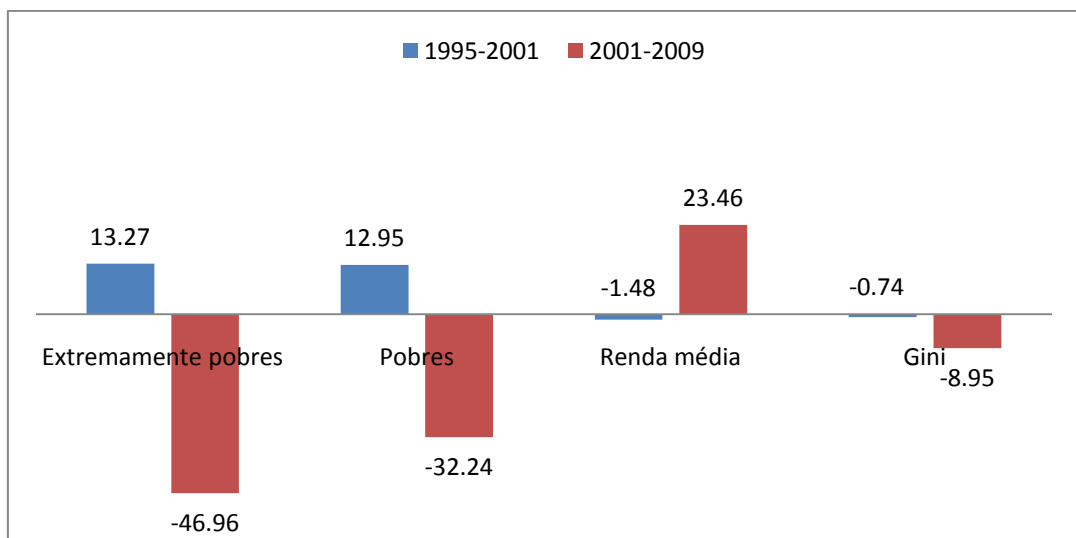
*Fonte: Elaboração própria com dados IPEADATA*

Pelo gráfico 6 fica evidente a queda da pobreza nos últimos 15 anos, sendo que os principais fatores dessa queda podem ser entendidos como uma diminuição da desigualdade de renda entre a população associado a um aumento da renda per capita.

**Gráfico 6 – Percentual de pobres e extremamente pobres na população**

Fonte: Elaboração própria com dados IPEADATA.

No gráfico 7 temos a relação entre dois períodos, 1995 a 2001 e 2001 a 2009, relacionado à quatro elementos: Pobreza, extrema pobreza, renda média per capita e índice de desigualdade GINI.

**Gráfico 7 – Variação da série de dados**

Fonte: Elaboração própria com dados IPEADATA.

O que se observa no primeiro período do gráfico 7 é uma diminuição de 0,74% no índice de GINI e uma diminuição da renda em 1,48%, o que faz ocorrer um aumento da pobreza e extrema pobreza no país entre 1995 e 2001. Já entre 2001 e 2009 vemos uma diminuição do índice de desigualdade GINI em 8,95% e um aumento da renda



média per capita de 23,46%, também mostramos que houve uma diminuição nos índices de pobreza e extrema pobreza considerável em aproximadamente 32% e 47% respectivamente.

Nessa seção buscou-se apresentar dados que permitissem evidenciar a queda na desigualdade na distribuição de renda no Brasil e uma importante consequência disso, foi a diminuição da pobreza e extrema pobreza do país. Cabe agora fazer uma análise para identificar quais foram os principais determinantes da queda da desigualdade, esse será nosso objetivo na próxima seção.

## **CAPÍTULOS 4 - DETERMINANTES DA RECENTE QUEDA DA DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL**

(...) os determinantes da desigualdade de renda são todos os fatores que fazem com que uma família tenha renda distinta da outra. Um fator que eleve ou reduza proporcionalmente a renda de todas as famílias não tem impacto sobre a desigualdade e, portanto, seria incapaz de explicar sua redução (BARROS *et al.*, 2006, p. 28).

Neste capítulo o nosso objetivo é fazer uma análise dos principais determinantes e mudanças que ocasionaram a queda recente da desigualdade da distribuição de renda no Brasil no período 1995-2009. Vale ressaltar que nesta análise, a ênfase não está nas causas da elevada desigualdade brasileira, mas sim, nas que explicam sua queda recente. Para realizar essa análise baseamo-nos nas idéias dos principais autores que estudam o tema como Barros *et al.* (2006), Neri (2011), Gonçalves (2011) e Soares *et al.* (2007), a fim de definir um conjunto de causas que possam explicar o fenômeno da queda da desigualdade nas últimas duas décadas.

### **4.1 ASPECTOS DA QUEDA DA DESIGUALDADE**

Como vimos, a desigualdade de renda no Brasil é um tema que vem sendo bastante explorado por economistas desde meados no século XX. O que condiciona a observar as mudanças da distribuição da renda ao longo das décadas. Nos últimos 20 anos como observado nas seções anteriores, houve uma queda tanto no nível da desigualdade a partir dos índices de medida como GINI e THEIL quanto entre a relação de ricos e pobres. Como explicação dessa queda, Barros *et al.* (2006) propõe alguns determinantes que vão ser atribuídas também à causa da queda da desigualdade por outros autores.

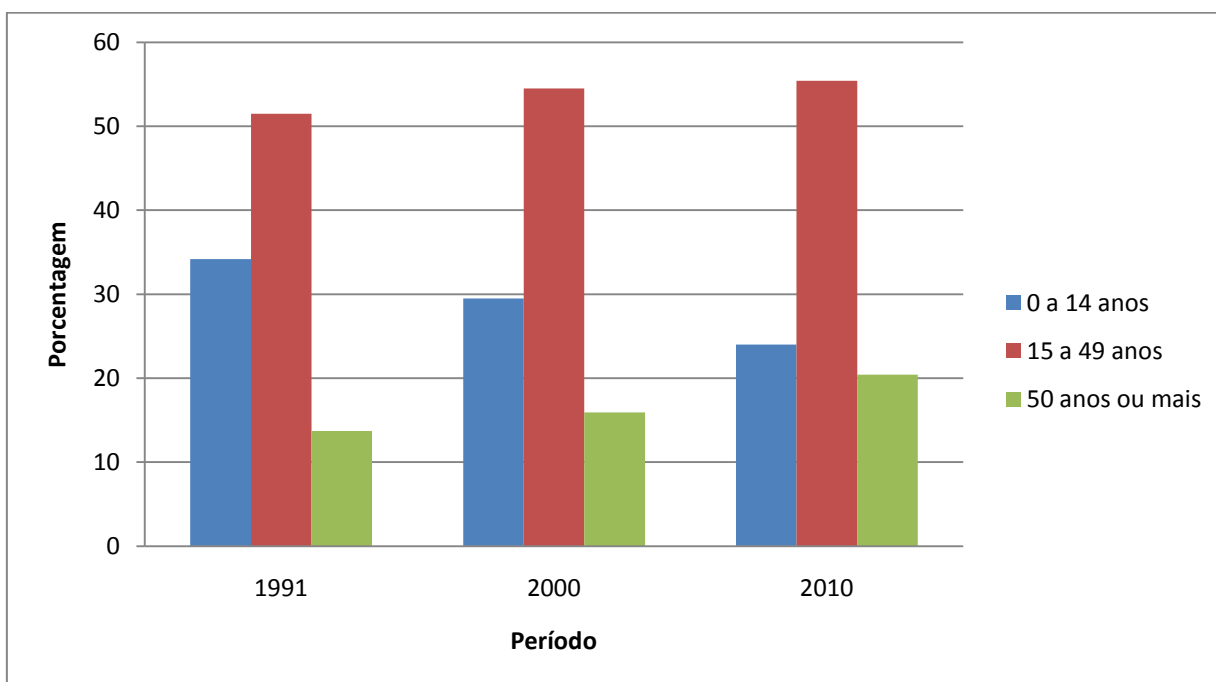
Para Barros *et al.* (2006) os determinantes imediatos da queda da desigualdade estão diretamente ligados às características da renda das famílias, como: características demográficas das famílias; transferências de renda; remuneração de ativos; acesso a trabalho, desemprego e participação no mercado de trabalho: distribuição dos rendimentos do trabalho e o último aspecto dado por Barros *et al.* (2006) estará incluído o papel da escolaridade, a experiência dos trabalhadores, a discriminação por raça e gênero e das diferentes formas de segmentação do mercado de trabalho. Um estudo de

algumas dessas variáveis será feita nas próximas seções, com intuito de entender a importância dessas para a queda da desigualdade de renda no Brasil.

#### 4.1.1 DEMOGRAFIA, REMUNERAÇÃO DE ATIVOS E PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO.

Começando pela característica demográfica das famílias temos uma característica observada por Barros *et al.* (2006) é que a proporção de adultos vem aumentando no país nos últimos 15 anos, como consequência houve uma diminuição na desigualdade demográfica entre as famílias. Pelo gráfico 8, observamos que houve uma queda na participação da população com idade entre 0 a 14 anos entre o período de 1991 a 2010, paralelamente a um aumento de participação da população com idade entre 15 a 49 anos e 50 anos ou mais.

**Gráfico 8 – População por faixa etária**



Fonte: *Elaboração própria com dados IPEADATA.*

É fato que as famílias que tem um número elevado de crianças arcam com um custo maior de manutenção da família o que exige um maior número de recursos que muitas vezes é limitado, pois, de maneira geral as crianças não geram renda para a família, quando se tem mais adultos nas famílias a tendência é que a renda proveniente

do trabalho aumente. Contudo “a queda na desigualdade demográfica não veio tanto da aproximação do padrão demográfico de famílias pobres e ricas, mas de uma homogeneização dentro dos mesmos grupos de renda” (BARROS *et al*, 2006, p.6). O grande problema do alto índice das características demográficas familiar está constituído porque boa parte das famílias ricas possuem um número de filhos menor que as famílias pobres, o controle de natalidade é bem mais eficiente nas classes ricas na população, isso acentua o grau de desigualdade entre as famílias, se caso ocorresse o contrário as famílias ricas possuíssem uma quantidade de filhos maiores que as famílias pobres, a tendência seria que a desigualdade da renda per capita das famílias diminuísse.

Em diante seguiremos tratando do mercado de trabalho. O acesso a postos de trabalho é fundamental na diminuição da desigualdade de renda. Se verificarmos a tabela 7, em 2008, 70% da população em idade de trabalho (PIA) encontravam-se economicamente ativa, deste número 7,8% estava desempregado, temos que, quanto maior a taxa de participação e menor a taxa de desemprego entre os mais pobres, mais baixo tenderá ser o grau de desigualdade de renda, na tabela 7 podemos observar a evolução dessas variáveis a partir de 1995 até 2009.

**Tabela 7 Evolução da População Economicamente Ativa.**

ANO	PEA / MILHÕES	PIA / MILHÕES	%	Taxa desemprego %
<b>1995</b>	70,055,469	120,600,205	72	6.7
<b>1996</b>	69,583,474	123,377,657	77	7.6
<b>1997</b>	71,634,612	125,081,924	75	8.5
<b>1998</b>	73,284,362	127,732,727	74	9.7
<b>1999</b>	77,243,166	133,172,799	72	10.4
<b>2001</b>	80,400,976	138,962,241	73	10.0
<b>2002</b>	83,079,896	141,831,382	71	9.9
<b>2003</b>	84,684,123	144,585,745	71	10.5
<b>2004</b>	86,985,753	146,930,667	69	9.7
<b>2005</b>	89,529,881	149,839,640	67	10.2
<b>2006</b>	90,549,690	152,811,425	69	9.2
<b>2007</b>	91,757,699	155,454,625	69	8.9
<b>2008</b>	93,325,283	158,209,812	70	7.8
<b>2009</b>	95,380,939	160,438,234	68	9.1

*Fonte: Elaboração própria com dados IPEADATA*

Passando para remunerações de ativos, Barros *et al.* (2006) não consegue mensurar com informações ou dados que comprovem alguma participação nesse rendimento para com a diminuição da desigualdade, como essa forma de rendimento

normalmente está concentrada em famílias de mais alta renda, essa fonte de renda revela um ampliador de desigualdade.

#### **4.1.2 ESCOLARIDADE, EXPERIÊNCIA E DISCRIMINAÇÃO**

Barros *et al* (2006) afirma que “No Brasil, cerca de 5% da desigualdade de renda entre famílias resulta do acesso diferenciado que seus membros têm ao mercado de trabalho” Barros *et al* (2006, p. 32). No mercado de trabalho, a distribuição dos rendimentos é considerada uma das principais determinantes da queda da desigualdade da renda, sendo assim Barros *et al* (2006) destaca dois grupos distintos de efeitos na distribuição da renda: a desigualdade que é revelada pelo mercado de trabalho e aquela que é gerada por ele.

No primeiro grupo os aspectos das diferenças educacionais existente entre os trabalhadores consolida uma diferença entre as remunerações dentro do mercado de trabalho, ou seja, o nível educacional vai ser determinante para o nível de remuneração do indivíduo e será responsável por cerca de 30% da desigualdade de rendimento do trabalho segundo Barros *et al* (2006). Sabendo que o grau de escolaridade é fundamental na distribuição da renda do trabalho, e conseqüentemente para a queda da desigualdade da renda familiar, é necessário que a desigualdade educacional da força de trabalho decline.

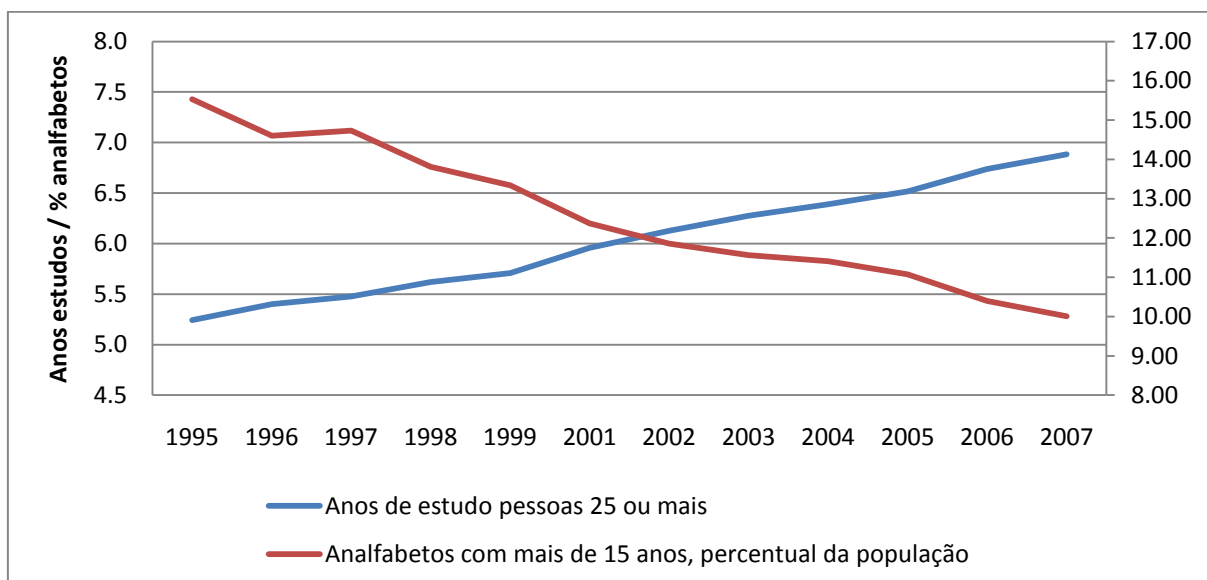
Conforme podemos observar na tabela 8, página 46 a desigualdade educacional vem caindo ano a ano no país, temos que de 1995 - 2007 o aumento do nível educacional entre pessoas com mais de 25 anos saltou de 5,2 anos de escolaridade para 6,9 anos, um aumento de aproximadamente 31%, também observamos uma queda de mais de 30% no período 1995 - 2007 do número de analfabetos com mais de 15 anos, isso mostra que a força de trabalho além de estar aumentando seu nível educacional está se tornando mais homogênea.

**Tabela 8: Nível Educacional Brasileiro**

	Anos de estudo pessoas 25 ou mais	Analfabetos com mais de 15 anos, percentual da população
1995	5,2	15,53
1996	5,4	14,60
1997	5,5	14,73
1998	5,6	13,81
1999	5,7	13,34
2001	6,0	12,37
2002	6,1	11,86
2003	6,3	11,56
2004	6,4	11,41
2005	6,5	11,07
2006	6,7	10,40
2007	6,9	10,01

Fonte: Elaboração própria com dados IPEADATA

. Conseguimos observar claramente pelo gráfico 9 a evolução dos anos de estudo de 1995-2007, houve um aumento considerável na questão educacional, se percebe uma melhora no índice de analfabetismo no país, foi registrada uma queda para 10% da população de 15 ou mais idade que não sabe ler ou escrever um bilhete simples, apesar da melhora esse percentual ainda é bastante elevado, o que mostra a deficiência educacional existente no país.

**Gráfico 9 – Evolução do nível educacional e do índice de analfabetismo.**

Fonte: Elaboração própria com dados IPEADATA

Analisando de outro ponto de vista, Neri (2011) consegue evidenciar que apesar da queda do analfabetismo e do aumento da escolaridade por parte da população, a

renda familiar no período teve um aumento maior nas famílias que o chefe havia poucos anos de escolaridade e de menor renda. Em seu estudo, Neri (2011) calcula que no período entre 2001 e 2009 a educação colaborou para um aumento da renda da base da população em 55,59% contra 8,12% do topo.

Um segundo ponto que destaca Barros *et al.* (2006) sobre o mercado de trabalho são as diferenças na experiência dos trabalhadores, Barros *et al.* (2006) afirmam que a taxa de desigualdade sobre essa característica está diminuindo, porém, de forma gradual e lenta, deste modo sua contribuição para a queda da desigualdade é limitada. A contribuição desse fator para desigualdade da renda no trabalho chega a 10% segundo Barros *et al.* (2006).

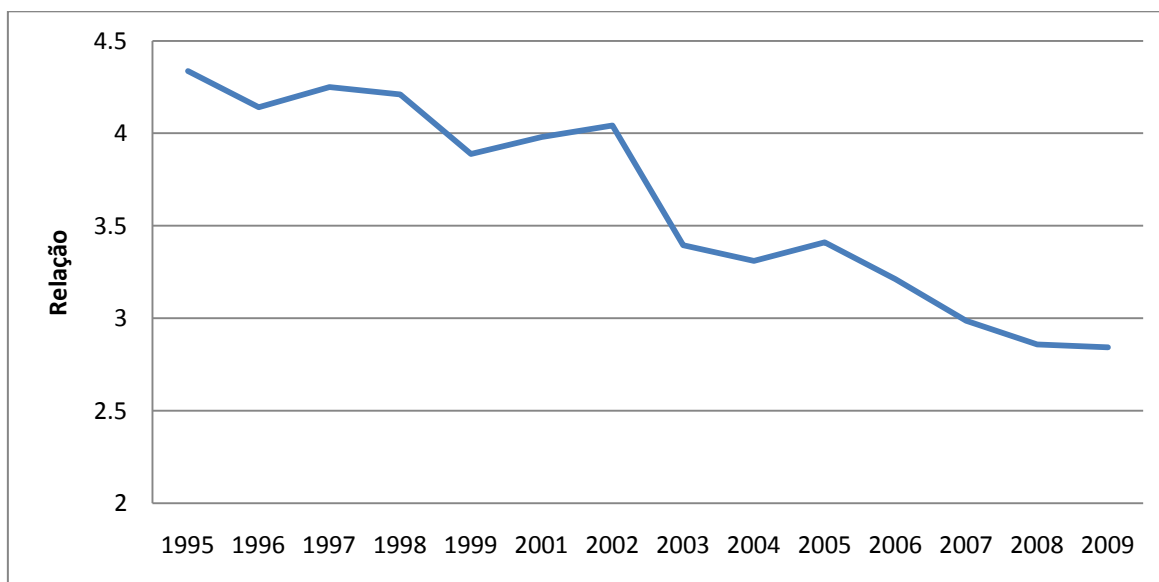
Com relação à desigualdade gerada pelo mercado de trabalho Barros *et al.* (2006) destacara existência de discriminação racial e discriminação por gênero. A remuneração das mulheres no Brasil é inferior a dos homens, conforme Barros *et al.* (2006) não houve uma diminuição acentuada desse fator que fosse perceptível na queda dos índices de desigualdade. Neri (2011) tem outro paradigma, ele observa que entre 2001 e 2009 as mulheres ganharam espaço no mercado de trabalho e sua renda teve aumento superior a dos homens. Segundo ele o crescimento da renda das mulheres foi 17,83% maior que dos homens, o que pode ser explicado pelo crescimento do esforço feminino no mercado de trabalho, com mais horas, maior ocupação e maior participação trabalhista. Segundo Neri (2011) esse aumento do crescimento da renda feminina não é explicado pelo efeito educação que é negativo indicando que os homens tiveram um crescimento do nível educacional maior que o das mulheres ocupadas, essas é que foram compensadas com maiores presenças de programas sociais e prêmio educacional entre elas.

Para Neri (2011), os diferenciais por raça são grandes no país, embora venha declinando sua importância quantitativa para explicar a desigualdade de renda. Um aspecto importante que é gerado pelo mercado de trabalho é o fator da segmentação espacial. Um mesmo tipo de trabalho realizado em outro estado ou região, pode gerar uma remuneração maior em uma das regiões, tipicamente as remunerações são maiores dentro das capitais e menores nos municípios de pequeno porte do interior dos Estados conforme Barros *et al.* (2006).

Podemos observar pelo gráfico 10 que em 1995 a renda média do trabalhador das áreas metropolitanas chegava a ser 4,3 vezes maior que de áreas rurais, em 2009 esse valor caiu para 2,8 vezes, apesar da queda a diferença do rendimento entre as

regiões ainda são grandes. Nos últimos quinze anos houve um encurtamento entre os mercados urbanos e rurais, o que contribuiu para redução tanto na desigualdade de rendimento do trabalho como na desigualdade de renda familiar per capita.

**Gráfico 10 – Relação entre a Renda Metropolitana e Renda Rural 1995 -2009.**



Fonte: Elaboração própria com dados IPEADATA

Barros *et al.* (2006) vão destacar por último o papel na distribuição de rendimentos da segmentação de trabalho formal e informal, que é uma forma de distinção mais visível no mercado de trabalho brasileiro. Segundo ele trabalhadores informais recebem remunerações de 35% a 40% inferiores às de trabalhadores formais.

### 4.1.3 DETERMINANTES EXTERNOS

Diferente de outros autores, Gonçalves (2011) faz seu trabalho alertando para o fato da queda da desigualdade no país não ter sido influenciada apenas por determinantes internos, mas sim, atrelado ao movimento cíclico da economia externa. Gonçalves (2011) observa que a queda da desigualdade esteve associada ao comportamento cíclico da renda no país, que acompanhou o ciclo econômico internacional no período de 2001 -2010. Este autor faz um trabalho analisando 12 países da America Latina, verificando um comportamento semelhante com relação à



desigualdade e crescimento econômico, contextualizado com a economia internacional. Segundo ele a tendência de queda da desigualdade de renda foi generalizada entre os países da América Latina, onde se observou uma queda da desigualdade em 11 países entre os 12 países pesquisados. Para efeito de análise o autor destaca que a forte queda da desigualdade de renda no Brasil esteve associada ao aumento da renda ou crescimento do salário mínimo real da população e a expansão dos gastos públicos sociais, além disso, segundo ele na primeira década do século XXI houve um aumento da legitimidade<sup>5</sup> do estado e da estabilidade política, após duas décadas marcadas por instabilidades e crises. Dentro da análise de Gonçalves (2011) ele aponta sobre o fato do índice de desigualdade dentro dos países da América Latina apresentar os maiores índices do mundo, visto que, a média mundial do índice de desigualdade GINI gira em torno de 0,395, enquanto a média da América Latina fica em torno de 0,52. Para este autor é imprescindível que se observe que a redução da desigualdade vem sendo bem sucedida graças à menor vulnerabilidade externa conjuntural do país, isto em decorrência da estrutura ascendente da economia mundial no período de 2003 a 2008.

O afrouxamento da restrição de balanço de pagamentos permite maior dinamismo econômico (renda, emprego, crédito, etc.) e geração de excedentes que viabilizam políticas públicas. Não é por outra razão que, com a crise global em 2008-09, parece ter ocorrido reversão ou interrupção da tendência de queda da desigualdade (GONÇALVES, 2011, p.11).

Além da análise que visa compreender o movimento internacional que influenciar o movimento interno da desigualdade no país, Gonçalves (2011) destaca o fato dos dados de medição da desigualdade serem limitados com relação aos rendimentos tipicamente dos capitalistas, onde a falta de mensuração de dados pode causar limitações nas pesquisas.

Cumpram também destacar que os dados que permitem aferir a distribuição de renda através do coeficiente de GINI são obtidos através das PNAD, de responsabilidade do IBGE. Esses dados são, sabidamente, no que se refere às informações sobre renda familiar e pessoal, baseados preponderantemente nos rendimentos auferidos pelos trabalhadores – salários, diárias, comissões sobre vendas ou rendimentos de autônomos em geral. Os rendimentos tipicamente dos capitalistas – lucros, juros e aluguéis – não são adequadamente captados pelas PNAD's, em decorrência das especificidades

---

<sup>5</sup> Legitimidade é a confiança da sociedade nas autoridades e instituições políticas e é condição necessária para a estabilidade política

dessa pesquisa amostral. Desse modo, esta é uma limitação objetiva desse tipo de levantamento conforme (GONÇALVES, 2011, p. 13).

Os autores colocados em debate conseguem evidenciar que os determinantes da recente queda da desigualdade de renda no país foram fatores internos, como o aumento educacional da força de trabalho e transferências de renda atrelados a fatores externos ao país, como o acompanhamento cíclico da economia internacional por exemplo. Deste modo, para dar continuidade à nossa análise, temos como hipótese que os Programas de Transferências de renda condicionada como Bolsa Família, Bolsa Gás, Bolsa Escola e similares, tiveram papel fundamental para a diminuição da desigualdade de renda no país no período 1995-2009. Sendo assim, uma análise dos principais programas será necessária para a identificação das principais contribuições para a recente queda da desigualdade da renda.

## **4.2 TRANSFERÊNCIAS DE RENDA**

Analisando agora a transferência de renda, temos que sua importância foi efetiva para a diminuição da desigualdade segundo teóricos como Neri (2011) e Gonçalves (2011). Os recursos das transferências de renda são muitas vezes relacionadas a contribuições prévias passadas, como é o caso de aposentadorias, porém na medida em que o volume transferido é maior do que o valor das contribuições anteriores, essas transferências são também, em parte, subsídios às famílias que delas se beneficiam é o caso de Benefício de Prestação Continuada e do programa Bolsa Família. Segundo dados da POF (pesquisa orçamentária familiar) as transferências de renda em 2009 foram a segunda maior fonte de renda da população, contribuindo com 18,5% da renda nacional, as aposentadorias e pensões representam 80% das transferências segundo POF 2008-2009, onde 55% foram provenientes do INSS. Os programas sociais federais e outras transferências representam cerca de 7,5% das transferências

### 4.2.1 A IMPORTÂNCIA DAS TRANSFERÊNCIAS DE RENDA

A magnitude dos benefícios oferecidos; o grau de cobertura (que proporção das famílias brasileiras é atendida); o grau de concentração do atendimento na população mais carente. Seu impacto redistributivo será mais elevado quanto mais generosos forem os benefícios e maiores forem os graus de cobertura e atendimento dos mais carentes (BARROS *et al.*, 2006, p 32).

Barros *et al.* (2006) segmentam três tipos de transferências governamentais: pensões e aposentadorias públicas, Benefício de Prestação Contínua (BPC) e os programas como Bolsa Família. Cada tipo de transferência contribui para aumentar a renda da população, porém os custos e efeitos dessas transferências são diferentes, “O Bolsa Família e o BPC apresentam-se com muito mais custo-efetivo no combate à desigualdade que as aposentadorias e pensões.” (BARROS *et al.*, 2006, p. 6). Isso porque, o efeito da transferência de renda causará maior efeito na desigualdade da renda, na medida em que a renda do beneficiário for mais sensível, ou seja, os programas BPC e PBF (programa bolsa família) beneficiaram particularmente os mais pobres. Vemos conforme Barros *et al.* (2006) que as transferências do governo via pensões e aposentadorias são menos eficientes no combate à desigualdade do que programas como PBF e BPC. Tanto para Neri (2011), quanto para Gonçalves (2011), as transferências de renda tiveram papel importante para a queda da desigualdade. Neri (2011) alega que o aumento do gasto do governo com programas sociais como transferência de renda contribuiu para um aumento da renda da base de 11,85% contra - 2,32% no topo da distribuição, assim só os programas sociais colaboraram para um aumento de 14,18% a mais que os mais ricos. Para Gonçalves (2011) as transferências de renda também foram essenciais para a queda da desigualdade, porém, Gonçalves (2011) destaca que o meio de expansão do gasto público através das transferências de renda esteve atrelado a perpetuação do poder, onde ele faz sua crítica:

O argumento é que grupos dirigentes, focados na perpetuação no poder, reconhecem o papel das políticas de redução da desigualdade em geral, e de combate à pobreza, em particular, nas disputas eleitorais. Gastos públicos sociais focalizados, transferências e benefícios específicos transformam-se em instrumentos eficazes de conquista de votos junto aos grupos sociais de menor renda. Ou seja, a política de distribuição de renda é funcional na luta pelo poder político (GONÇALVES, 2011, p. 11).

### 4.2.2 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Ao longo dos dois mandatos do governo FHC (1994-1998; 1999-2002), foram lançados diversos programas sociais cujo objetivo central era reduzir a pobreza e a desigualdade de renda no país.

Em 1996 o PETI foi lançado com intuito de erradicar o trabalho infantil, era focalizado nas crianças de 7 a 15 anos que trabalham ou estavam sob risco de trabalhar em atividades perigosas, como canaviais e carvoeiras. Segundo Soares *et al.* (2007), o benefício era composto de duas partes: uma bolsa de R\$ 25,00 para crianças de áreas rurais, e R\$40,00 em áreas urbanas, em contrapartida as crianças de 16 anos ou menos não poderiam trabalhar e deveriam ter 75% de frequência escolar, o órgão responsável por esse programa era a Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS).

Em 2001 foi criado o Bolsa Escola, cujo objetivo era inserir e manter as crianças de 6 a 15 anos nas escolas, com frequência de 85%. O benefício de R\$15,00 por criança, com um teto de R\$45,00 por família, era concedido às famílias que tinham renda per capita inferior a R\$90,00. O órgão responsável nesse programa foi o Ministério da Educação.

Posteriormente foi criado o Bolsa Alimentação, com a finalidade de aumentar o aleitamento materno, exames pré-natais para gestantes e vacinação das crianças, o benefício de R\$15,00 por criança entre 0 e 6 anos, com um valor máximo por família de R\$45,00, era concedido pelo Ministério da Saúde.

O cartão alimentação tratava-se de um PTCR (programa de transferência de renda condicionada) que tinha como princípio exclusivamente a compra de alimentos. Seu benefício era de R\$50,00 por família que tinha uma renda per capita menor que meio salário mínimo, Soares *et al.* (2007).

Como foi observado, os programas de transferências condicionados acima, pertenciam a ministérios diferentes, com sistemas de informações ou bancos de dados separados, o que proporcionava falhas na ação executora dos benefícios. Muitas famílias poderiam receber todas as transferências e outras famílias com as mesmas condições poderiam não se beneficiar, os valores dos programas eram diferentes e famílias com as mesmas condições poderiam receber valores distintos. Além disso, os PTCR descritos no parágrafo anterior pertenciam a vários ministérios o que não focava ou centralizava as ações do governo federal.

Em 2003, já no governo Lula, foi criado o Programa Bolsa Família, o objetivo principal era unificar todos os PTCR<sup>6</sup>. Conforme Soares *et al.* (2007):

(...) as famílias pobres foram divididas em dois grupos: as extremamente pobres, com renda familiar per capita mensal de até R\$ 50,00; e as pobres, com renda familiar per capita mensal de R\$ 50,00 a R\$ 100,00. Em novembro de 2006 esses valores foram atualizados para R\$ 60,00 e R\$ 120,00. As famílias extremamente pobres participantes recebem um benefício fixo de R\$ 50,00 independentemente da composição familiar. Além disso, o programa tem um benefício variável, recebido por famílias pobres ou extremamente pobres, a depender da composição familiar: para cada criança de até 15 anos, ou cada gestante, ou cada nutriz, a família recebe R\$ 15,00. Todavia, o benefício variável tem um limite de três crianças/gestantes/nutrizes por família. Destarte, o valor máximo do benefício é R\$ 95,00 para as famílias extremamente pobres, e R\$ 45,00 para as pobres.

(...) as contrapartidas, ou “condicionalidades”, foram herdadas dos PTCRs que deram origem ao Bolsa Família. Essas contrapartidas eram (em março de 2006): i) as crianças em idade escolar (6 a 15 anos) das famílias participantes devem estar matriculadas e ter uma frequência à escola de ao menos 85% dos dias do ano letivo – mudanças de estabelecimento de ensino devem ser comunicadas à administração do programa; ii) as crianças de 0 a 6 anos devem ter seus cartões de vacinação em dia e devem ser levadas para visitas regulares a postos de saúde, para consultas e monitoramento do peso e altura; iii) gestantes devem comparecer a postos de saúde para consultas de pré-natal, e nutrizes para acompanhamento pós-parto; e iv) gestantes e nutrizes devem participar de atividades educativas sobre aleitamento materno e alimentação saudável. Note-se que não há contrapartidas definidas para as famílias extremamente pobres que recebem apenas o benefício fixo, mas apenas a sugestão de que os adultos devem participar de eventuais atividades de treinamento e qualificação profissional (SOARES *et al.*, 2007, p. 9).

O PTCR Bolsa Família foi fundamental na constante queda da desigualdade na distribuição de renda no Brasil a partir de 2003. Barros *et al.* (2006) destaca que o Programa Bolsa Família baseou sua expansão em aumento de cobertura, ao invés de aumento no valor do benefício entre os que já recebiam o programa, o que proporcionou uma elevação da inclusão da população mais carente. Soares *et al.* (2007), observa que a contribuição dos PTCR para redução da desigualdade foi desproporcional ao seu peso na renda total, pois “com menos de 1% da renda total, os PTCR foram responsáveis por 21% da redução da desigualdade no Brasil” (SOARES, 2007, p. 24).

Conforme a tabela 9 abaixo, houve um aumento de maneira gradativa do valor total do benefício que é repassado às famílias em todos os períodos, com variação superior a 10%. Além disso, o número de beneficiados saltou de 6,6 milhões no início do programa para 12,7 milhões, praticamente dobrou o número de famílias que recebem o programa.

---

<sup>6</sup> Esse novo programa também unificou o “Vale GÁS” uma transferência sem contrapartida

**Tabela 9 – Relação: Benefícios por Família – PBF**

Ano	Total pago R\$	Var. %	Famílias beneficiadas milhões
2004	5.592.873.818		6,6
2005	6.465.171.422	15,60	8,9
2006	7.218.888.348	11,66	11,2
2007	7.953.895.227	10,18	11,3
2008	10.811.168.987	35,92	11,4
2009	12.417.041.638	14,85	12,4
2010	14.344.166.134	15,52	12,7

*Fonte: Elaboração própria com dados IPEADATA.*

Esses dados transformam o cenário em que esses recursos são inseridos, conforme afirma Lúcia (2010), que consegue passar um perfil do programa Bolsa Família de acordo com informações do Ministério da Educação: indicam que o abandono escolar dos estudantes de família que recebe o programa, são inferiores do que o do total dos estudantes que não recebem. A pesquisa mostra ainda que crianças e adolescentes do Bolsa Família tenham taxa de progressão escolar 6% maior do que as não beneficiárias. Em seu artigo Lúcia (2010) apresenta que: em relação à saúde, constata-se que a participação no Bolsa Família aumenta a busca por serviços: as grávidas beneficiárias fazem mais consultas de pré-natal e as crianças têm mais acesso às vacinas. Também há indícios de que o programa contribui para ganhos de peso por altura e redução do déficit de peso por idade das crianças beneficiárias. Além desses benefícios o programa consegue transformar algumas regiões, normalmente as que são mais sensíveis ao programa como zonas rurais e interiores, pois, elas aumentam o consumo das famílias, que aumentam a demanda em comércios, gerando novos empregos dentro da região.

## CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução da desigualdade de renda no Brasil esteve associada ao movimento estrutural da economia brasileira ao longo dos anos. O aumento da desigualdade nas décadas de 60 a 80 foi atrelado a mudanças das características do trabalhador. Conforme Fishlow (1972) este aumento deveu-se a queda real dos salários mínimos em virtudes da inflação. Langoni (1973) por sua vez, enfatizando as transformações estruturais vindas do crescimento econômico, aponta que a maior desigualdade observada podia ser explicada a partir do modelo de Simon Kuznets (1955) o qual mostra que os efeitos distributivos ocorreram na composição regional, setorial e nas mudanças qualitativas da força de trabalho.

A década de 80 pode ser interpretada como um período em que o aumento da desigualdade atingiu seu maior nível, apesar de ter perdido sua tendência de alta. O período foi marcado por apresentar baixo nível de crescimento econômico, inflação elevada e inúmeros planos de estabilização, o que proporcionou um maior agravamento da concentração da renda e aumento da pobreza.

Todavia características intrínsecas aos trabalhadores e ao mercado de trabalho foram cruciais segundo os teóricos, para determinar o aumento da desigualdade. Tanto Bonelli e Ramos (1993) quanto Barros e Mendonça (1993) e Ferreira (2000) argumentam que fatores como variações na estrutura da força de trabalho, tal como capital humano acumulado ao longo dos anos e desequilíbrios temporários no mercado de trabalho, ocasionado pela expansão diferenciada da demanda de trabalho qualificado foram fatores cruciais no período para diminuição da equidade no país.

Observamos que os principais índices que medem a desigualdade de renda, tiveram uma queda considerável no Brasil nas duas últimas décadas. Tanto o índice de GINI e THEIL quanto a relação entre o mais ricos e mais pobres, tiveram uma tendência de queda principalmente a partir de 2001. Considerando essa diminuição da desigualdade de renda medida por índices, conseguimos também evidenciar que houve um aumento de participação nos extratos mais baixos da população e simultaneamente, uma diminuição da participação dos extratos mais ricos.

Na análise de participação da renda, ficou visível que existe uma concentração nos pólos da distribuição. Dividindo a população em 10 decís, a renda do extrato mais pobre chega a ser duas vezes menor que a renda do extrato seguinte, o que também ocorre entre os mais ricos, porém a diferença entre o extrato mais rico e o extrato anterior chega a ser 3 vezes.

Como a participação da renda por extrato da população, seguimos a mesma metodologia para analisar a renda domiciliar per capita por extrato da população e conseguimos observar que de maneira geral houve aumento da renda domiciliar de toda a população, porém esse aumento foi mais acelerado nos extratos mais pobres chegando a crescer 65% no decíl mais pobre contra 9% do extrato mais rico no período de 1995 a 2009.

A queda da desigualdade de renda que foi apresentada por índices, juntamente com aumento da participação da renda e com aumento da renda das classes mais pobres da população, fez com que nos últimos quinze anos a pobreza declinasse 42% - números bastante significativos, nos fazendo perceber a importância da recente queda da desigualdade. As transferências de renda melhoram o ambiente familiar que recebem o benefício, o que é muito relevante para determinar a desenvoltura de crianças e jovens na escola ou no mercado de trabalho - uma maior equidade de renda melhora as condições dos mais pobres concorrerem com os demais grupos. Além disso, compreendemos que a queda na desigualdade significa a diminuição da distância entre os pobres e ricos, e foi o que aconteceu entre 1995 e 2009, a renda dos mais pobres aumentou proporcionalmente mais do que a dos demais grupos.

Os determinantes da recente queda da desigualdade de renda podem ser de maneira geral, simplificado como sendo o aumento da renda per capita da população mais pobre. Esse aumento da renda - segundo os pesquisadores, esteve associado a diversos fatores, principalmente pelo aumento educacional da população economicamente ativa e das políticas sociais de transferências de renda do Governo. No período que vai de 1995 a 2009, o nível educacional no Brasil aumentou de 5,2 anos de escolaridade para pessoas de 25 anos para 7 anos de escolaridade, um aumento de 31%. Também o índice de analfabetismo sofreu uma queda de 30%. Além da força de trabalho ter aumentado, seu nível educacional está mais homogêneo. Com aumento educacional e homogeneização, a população torna-se mais igualitária, conseguindo melhores condições para concorrer no mercado de trabalho. Entre os determinantes da queda da desigualdade de renda e do aumento da renda per capita, demos destaque às



transferência de renda condicionadas. Especialmente o PBF (Programa Bolsa Família) do Governo federal, implantado em 2003 no governo Lula. O PBF foi eficiente no combate a desigualdade de renda porque o Programa unificou os Programas de Transferência de Renda que já existiam e passou a ser gerido por apenas um Ministério, o que permitiu focalizar e centralizar as ações. Além disso, o PBF baseou sua expansão no aumento da cobertura e não no aumento do benefício entre os que já recebiam o programa, fazendo com que houvesse uma inclusão da população carente.

Em suma, O processo de desenvolvimento no Brasil, observado no período de análise foi suficientemente grande e acompanhado por mudanças significativas nas características da população economicamente ativa. Mudou o peso da participação de trabalhadores nas suas classes sociais, mudou a renda relativa do total de trabalhadores também por classe social, onde ocorreram mudanças no nível de escolaridade dos trabalhadores, alterando as distribuições pessoais da renda interna de cada família. Essas transformações na estrutura do mercado de trabalho e nas características dos trabalhadores, certamente exerceram influências sobre a distribuição pessoal da renda no País. Por fim, apesar de saber que os principais determinantes para a queda da desigualdade foram o aumento educacional e as transferências de renda, uma análise de dados dentro de um modelo econométrico se faria necessário para especificar o quanto contribuiu cada determinante para a queda da desigualdade de renda. E explicar que o limitador na base de dados do trabalho, foi a não disponibilidade de dados do PNAD do ano de 2010, esse que não foi disponibilizado pelo IBGE até a conclusão deste trabalho.

## Referências

BARROS, R, MENDONÇA, R. **Os determinantes da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA. 1995.

BARROS; MENDONÇA; DUARTE. **Bem Estar, Pobreza e Desigualdade de Renda: Uma Avaliação da Evolução Histórica e das Disparidades Regionais**. Rio de Janeiro: IPEA. 1997.

BARROS, R. Paes. MENDONÇA, Rosane, HENRIQUE, Ricardo. **A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA. 2001.

BARROS, R; CARVALHO, M; FRANCO, S; MENDONÇA, R. **Sobre a recente na desigualdade de renda brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006

BONELLI, R.; RAMOS, L. **Distribuição de renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70**. Rio de Janeiro: Revista de Economia Política, vol 13, n° 2, abril-junho 1993.

FERREIRA, F.H.G. **Os Determinantes da Desigualdade de Renda no Brasil: Luta de Classes ou Heterogeneidade Educacional?**. Rio de Janeiro: Departamento de Economia, PUC- Rio, 2000.

FERREIRA, L. M da S; VIERA, P. Antonio. **Determinantes históricos da (DES)igualdade em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2010

FISHLOW, Albert. **Algumas Reflexões sobre a Política Econômica Brasileira após 1964**. Estudos CEBRAP n.o 4, janeiro-março, 1974

GANDRA, Rodrigo. M. (2002). **O debate sobre a distribuição de renda no Brasil: da controvérsia dos anos 70 ao pensamento hegemônico anos 90**. Niterói: UFF. (Dissertação de Mestrado)

GONÇALVES, R. **Redução da desigualdade da renda no Governo Lula, Análise comparativa**. Rio de Janeiro: UFRJ. Junho, 2011

HOFFMANN, Rodolfo. **Distribuição de renda e crescimento econômico**. ESTUDOS AVANÇADOS 15 (41), 2001

LACERDA, A. C. **Distribuição de renda no Brasil nos anos 80**. Vol. 14, n°3. Revista de Economia Política, Julho / Setembro. 1994.

LANGONI, C. G. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973

KUZNETS, S. **Economic Growth and Income Inequality**. The American Review. Vol. 45, No. 1. pp. 1-28. Mar., 1955

MARQUES, R. Maria. **Política de transferência de renda no Brasil: a experiência Bolsa Família**. v.11, n.2. Sociedade e Cultura, jul/dez. 2008. Disponível em <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2010/outubro/artigo-bolsa-familia-regras-e-resultados> *acesado em (24/05/2011) às 16:00 horas*

NERI, C. M. **Desigualdade de Renda na Década**: Rio de Janeiro: FGV, 2011

NETTO, A. A de Castro. **Impactos do crescimento econômico sobre a distribuição de renda no Brasil (1970 – 2006)**. Salvador: UFB, 2008

SOARES, Sergei (Org). **Programas de transferência condicionada de renda no Brasil, Chile e México: Impactos sobre a desigualdade**. Brasília: IPEA, Julho de 2007.